

REGINALDO ANSELMO TEIXEIRA

GRUPO ESCOLAR
COMENDADOR PEDRO MORGANTI:
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A CULTURA ESCOLAR DE
UMA ESCOLA PRIMÁRIA DO MEIO RURAL – 1942/1988



ARARAQUARA – S.P.
2010

REGINALDO ANSELMO TEIXEIRA

GRUPO ESCOLAR
COMENDADOR PEDRO MORGANTI:
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A CULTURA ESCOLAR
DE UMA ESCOLA PRIMÁRIA DO MEIO RURAL -
1942/1988

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos, Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Rosa de Fátima Souza Chaloba

ARARAQUARA – S.P.
2010

Teixeira, Reginaldo Anselmo

Grupo escolar Comendador Pedro Morganti: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária do meio rural – 1942/1988 / Reginaldo Anselmo Teixeira – 2010
95 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientadora: Rosa Fátima de Souza Chaloba

1. Educação. 2. Estudo histórico. 3. Cultura escolar. 4. Experiência
5. História da escola primária. 6. Ensino rural. I. Título.

REGINALDO ANSELMO TEIXEIRA

**GRUPO ESCOLAR PEDRO MORGANTI:
ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A CULTURA ESCOLAR
DE UMA ESCOLA PRIMÁRIA DO MEIO RURAL -1942/1988**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos, Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Orientador: Prof^a Dr^a Rosa de Fátima Souza Chaloba

Data da defesa: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Membro Titular: Nome e título
Universidade.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho aos meus companheiros de enxada e de caneta.

AGRADECIMENTOS

À orientadora Professora Doutora Rosa Fátima de Souza por ter acreditado que seria possível e ter me guiado no caminho para a realização deste trabalho.

À minha filha Mel e aos meus sobrinhos Eduardo e Clara, são eles que completam minha razão de viver.

À minha mãe, Cacilda Teixeira, e a Lucimar Rodrigues, minha irmã que acreditaram em mim e me ajudaram sempre que precisei.

Ao meu irmão Rubens Teixeira que muita alegria trouxe à nossa família.

À equipe da EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto que me facilitou o acesso ao arquivo das fontes documentais, me ajudaram sempre que possível para que eu desenvolvesse o meu trabalho de pesquisa, sem eles nada teria sido possível.

À minha amiga e também diretora Adriana M. L. Morales Caravieri, que sempre esteve me incentivando e me encaminhando para o caminho da Paz e do Bem.

Aos companheiros da Secretaria Municipal de Educação de Araraquara.

A todos os companheiros de luta pela Reforma Agrária e pelos direitos dos que são oprimidos.

RESUMO

Este trabalho reconstrói aspectos da cultura escolar de uma escola primária rural. Para isso, realizamos a análise de fontes documentais referentes a instituição. Os 217 documentos catalogados e analisados pelo pesquisador se apresentaram como importante fonte de indícios para uma caracterização geral da instituição, que foi feita por meio das informações retiradas dos livros de matrícula e ponto pessoal e por uma análise mais detalhada dos livros de atas das reuniões pedagógicas que permitiram que se visualizasse os aspectos da cultura escolar. Há no trabalho um histórico que contextualiza e caracteriza a sociedade rural em que o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti estava inserido, e uma reflexão historiográfica que reflete sobre a continuidade das experiências dos sujeitos escolares ao longo do tempo, como aspectos constituintes da cultura escolar.

Palavras-chave:

Estudo Histórico.Cultura Escolar. História da Escola Primária. Ensino Rural. Fontes Documentais. Experiência

ABSTRACT

This work reconstructs aspects of school culture in a rural primary school. For this, we performed the analysis of documentary sources relating to the institution. The 217 documents cataloged and analyzed by the researcher is presented as an important source of evidence for a general characterization of the institution, which was made through the information taken from books and personal point of registration and a more detailed analysis of the books of minutes of meetings pedagogical that enabled them to visualize aspects of school culture. There is a historical work that contextualizes and characterizes the rural society in which the School Group Commander Pedro Morganti was inserted, and an historical analysis that reflects on the continuity of the educational experiences of individuals over time, as essential elements of school culture.

Keywords: Study Histórico.Cultura School. History of the Primary School. Rural education. Documentary Sources. Experience

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Usina Tamoio – 1971.....	28
Figura 2 – Comendador Pedro Morganti – 1930.....	70
Figura 3 – Foto da 1ª Turma de Formandos do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti de 1943.....	71
Figura 4 – Foto da atual fachada do antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti em 2010.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Demonstrativo de matrícula dos alunos 1942/1988.....	20
Quadro 02 – Endereço dos alunos 1942/1988.....	25
Quadro 03 – Nacionalidade dos pais 1942/1988.....	29
Quadro 04 – Profissão dos pais 1942/1988	30
Quadro 05 – Relação Nominal de Diretores 1942/1975.....	35
Quadro 06 – Ocorrências de Reuniões Pedagógicas 1950/1971.....	38

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	15
1 - USINA TAMOIO: A História de um Império nos Campos de Araraquara	23
2 -GRUPO ESCOLAR PEDRO MORGANTI: Disseminação da Cultura Escrita e a Formação do Trabalhador Rural	30
3 – VESTÍGIOS DA CULTURA ESCOLAR NA MESA DE REUNIÕES PEDAGÓGICAS	49
3.1 Normalização do Trabalho Docente.....	51
3.2 Disciplina dos Alunos.....	58
3.3 Campanhas e Comemorações.....	64
3.4 Práticas de Educação Rural.....	70
Considerações Finais	77
Imagens Fotográficas	82
Fontes	85
Referências	86
Anexos	89

Apresentação

Foi no ano de 1989 que minha família e eu deixamos a cidade de São Paulo e rumamos para o interior do Estado de São Paulo para vivermos no Assentamento Bela Vista, situado nos arredores da cidade de Araraquara. Na época tinha apenas 13 anos de idade e aparentemente, era um garoto como todos os outros da minha idade. Lembro-me perfeitamente de nós e nossas malas e móveis vindo embora num caminhão, rumo à Araraquara, até nosso animal de estimação veio junto, a cadela Pink. Lembro que quando chegamos na cidade de caminhão, paramos e ficamos esperando que os adultos fossem até o sindicato resolver algumas coisas, para só então, podermos terminar a viagem até nosso novo lar.

Deu tudo certo. Nem imaginava que aquele dia mudaria minha vida para sempre. Sobre o caminhão, ao entrar na Fazenda Bela Vista, o que eu via era muita cana de açúcar no longo caminho de terra percorrido até chegarmos num vilarejo, onde havia várias casas idênticas, agrupadas uma ao lado da outra, com ruas paralelas. Não sabia que eram casas com estilo colonial, construídas no início do século XX. Via muita coisa velha e cheia de mato. Uma de minhas primeiras tarefas foi ajudar minha família a limpar nossa casa e o imenso quintal; aprendi assim palavras que não sabia até então: carpir, enxada, foice, e principalmente, trabalho.

Vieram muitos outros, todos os dias chegavam caminhões com mais famílias. Logo, as terras estavam ocupadas, as casas limpas. Fizemos novas amizades, aprendi a participar de reuniões comunitárias, pois, na minha nova comunidade, tudo passou a ser decidido em reuniões, intermináveis reuniões.

Existem algumas situações que valem a pena serem lembradas. Não fazia muito tempo que havíamos chegado ao assentamento, quando, sem entender muito o que estava acontecendo, fui juntamente com os adultos, fazer piquetes para fechar as entradas de nossa fazenda assentamento no sentido de impedir a entrada de invasores. Passamos noites acampados, em revezamento. Estávamos tentando impedir a entrada de mais famílias no assentamento. Depois descobri que os supostos invasores eram do MST. Naquele momento, as lideranças da comunidade orientadas por uma visão técnica, diziam que precisávamos primeiro demarcar as terras com as famílias que no assentamento já estavam, para só então colocarmos mais pessoas. Mas, como com sonhos não se brinca e ninguém pode impedir o sol de nascer, as famílias entraram, estão conosco até hoje formando a comunidade de trabalhadores do Assentamento Bela Vista do Chibarro. Chibarro é o nome do rio situado numa das extremidades da fazenda.

Outra situação, foi quando numa manhã acordamos e descobrimos que toda a fiação da rede de eletricidade havia sido roubada. Era uma fiação antiga, de cobre. Ficamos meses no escuro até que depois de muitos contatos e reuniões internas e externas, ficou decidido em Assembléia Geral realizada pela comunidade do assentamento, que se cortasse toda a cana de açúcar que existia na Fazenda Bela Vista e com este dinheiro se iniciasse a construção de um novo sistema de iluminação. Todas as terras pertencentes ao projeto de Reforma Agrária estavam ocupadas com a cana de açúcar que havia sido plantada ainda pelos antigos donos.

Foi o que foi feito. O poder público entrou com sua parte, inclusive o Governo Federal com seus subsídios e empréstimos. No entanto, era necessário que toda a comunidade participasse do corte da cana. Então foi decidido que cada família contribuiria com esta atividade do corte de cana, enviando familiares para trabalharem. Foi uma de minhas primeiras experiências com o trabalho agrícola, e com certeza a primeira que me mostrou que num canavial encontramos mais nós do que doçuras. Lembro-me de um trabalho excessivamente árduo, que até então só havia visto em livros e filmes sobre a escravidão. Depois, quando adolescente, precisei realizar este serviço novamente para auxiliar em casa e obter autonomia financeira, pois como todo jovem, precisei comprar calça e tênis da moda, ouvir músicas do momento, e viver todas as sensações e emoções que o adolescente urbano vivenciava. Cortar cana, carpir por dia, colher laranja, ralar e colher algodão plantar e adubar eucalipto foram alguns dos trabalhos que me orgulho de ter realizado. Acredito que contribuíram para a vida moldar quem eu sou hoje.

Um outro acontecimento bastante relevante foi quando logo nos primeiros dias de morador da Bela Vista, fui juntamente com outras crianças buscar frutas no terreno da escola. Que maravilha. O prédio parecia um palácio imperial, todo imponente, construído para ser eterno. Eu me encantei pelas janelas altas e largas, o piso todo quadriculado, salas grandes, bem ventiladas, mas estava tudo muito sujo e abandonado. Na fachada havia a indicação em relevo na parede: Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Lembro-me também de ver na escola uma sala com muitos papéis e livros esparramados por estantes e pelo chão. Não tinha maturidade para saber que aqueles livros e papéis eram Livros de Matrícula, Livros de Ponto Pessoal, Livro de Atas de Reuniões Pedagógicas, Mapas de Movimento, e tão pouco que eles se chamariam “fontes documentais” e seriam imprescindíveis para que no futuro eu escrevesse minha dissertação de mestrado. Isso vim saber 20 anos depois, quando já professor, ministrava aulas

nesta mesma escola, administrada pela Prefeitura do Município de Araraquara, que passou a ser denominada “Professor Hermínio Pagotto”.

Agora que já se passaram 20 anos, a certeza de que fizemos a coisa certa é cada dia maior. Quando o local foi denominado Fazenda Bela Vista, não foi um acaso. É uma das mais belas vistas que um ser humano pode ter, por qualquer ângulo que se olhe e que se veja. Eu tenho o imenso prazer de ver a Bela Vista também a partir de dentro da sala de aula, como professor. O encantamento pela escola quando jovem se transformou em algo maior, e preferi trabalhar nela, trabalhar para fazê-la melhor. Cursei o magistério e depois pedagogia. Neste período participei ativamente do processo de reconstrução da então “Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo Prof Hermínio Pagotto”, tanto ajudando nos coletivos internos, como representando e reivindicando em outras instâncias. Hoje nossa escola é reconhecida nacionalmente, tendo ganhado vários prêmios.

Há 9 anos sou docente desta instituição, faz 6 que sou efetivo, contratado pelo poder público municipal. Ao arrumar armários me deparei anos atrás, com um deles contendo documentos muito antigos. Com paciência e cuidado fui procurar qual deles seria o documento mais antigo, aquele que me indicaria a data de criação do Grupo Escolar Pedro Morganti. Penso que a partir daquele momento, fiquei instigado em entender um pouco mais sobre aquela instituição de ensino. Pensar qual a finalidade com que foi criado este Grupo Escolar, entender qual a função social e cultural que esta instituição desempenhou no meio rural, em diferentes épocas pela qual existiu. Atualmente, é nítida a intenção desta instituição em valorizar o homem do campo em suas especificidades, sem no entanto negar a ele o direito ao acesso aos bens culturais e tecnológicos que a humanidade desenvolveu ao longo dos tempos. Mas será que sempre foi assim? A que interesses já serviu esta instituição escolar em outras épocas? Como em seu bojo se deram as realizações práticas dos ordenamentos jurídicos impostos à ela? Como eram as relações sociais que orbitavam ao seu redor? E suas relações internas, como se configuravam?

Ao dissertar sobre o tema, tentando reconstituir o sentido histórico desta instituição, entendo estar contribuindo para uma compreensão maior dos elementos que compuseram a cultura escolar desta escola ao longo dos tempos, assim como perceber quais foram aqueles que a mantiveram em funcionamento por tanto tempo, evidenciando também os aspectos que a levaram ao fechamento e a mudança de denominação, ou seja, é intenção entender as permanências e as

rupturas que deram sentido à existência deste Grupo Escolar durante longo tempo naquele espaço rural.

Introdução

Com este estudo objetivamos investigar a história de uma escola primária rural criada nas terras pertencentes a Usina Tamoio, município de Araraquara, no período de 1942 a 1988. A decisão pelo corte cronológico se justifica pela data de sua criação como Grupo Escolar Rural, sugerida pelos documentos encontrados, até a data em que foi temporariamente desativada. Este estudo pretende dialogar com as fontes documentais encontradas no interior da escola, assim como com a legislação que a ordenava juridicamente, na tentativa de enxergar a relação existente entre os diversos atores que a compunham, e a relação com a comunidade em que estava inserida. A partir do diálogo com as fontes documentais, buscaremos apresentar vestígios desta micro-história que possam nos levar à uma melhor visualização da cultura escolar da referida instituição no sentido de entender como esta escola desempenhou sua função política, social e cultural no decorrer do tempo.

Como a escola tem um período longo de existência, pois iniciou suas atividades como Grupo Escolar em meados da década de 1940, construir sua trajetória histórica nos leva necessariamente a buscar compreender o ordenamento jurídico pelo qual ela foi orientada nas mudanças por que passou a educação pública paulista. Gerenciada pelo poder estadual, teve sempre que seguir suas prescrições, neste sentido entender a legislação com seu caráter urbanizador em alguns momentos e ruralista em outros, se faz necessário. Como as diversas reformas educacionais, com seus paradigmas instaurados, suas recomendações e proibições tiveram efeito dentro da referida instituição de ensino? E como elas se configuraram em práticas educativas, práticas moralizadoras, práticas de civismos e resignações? Reconstruir a história verossímil da instituição nos parece tarefa impossível de cumprir, no entanto, apresentar para reflexão algumas questões à luz das fontes documentais pode ser um pequeno exercício de pesquisa em História da Educação.

O Grupo Escolar Pedro Morganti foi criado em 1942. Desde então recebeu alunos oriundos das colônias existentes dentro do grande latifúndio pertencente à Usina Tamoio e à família Morganti. Este grupo escolar está situado na Fazenda Bela Vista, uma fazenda de café que foi incorporada na década de 1930 ao império Morganti. Esta fazenda foi integrada ao conglomerado de fazendas que compunham as terras da Usina Tamoio, passando a ser chamada de Secção Bela Vista da Usina Tamoio, ou ainda Secção Bela Vista do Chibarro em alusão ao rio que a delimita. Durante o período de apogeu do cultivo da cana de açúcar, esta escola atendia aos

filhos dos empregados da parte industrial e da parte agrícola da usina. Estas relações de trabalho tanto industriais quanto agrícolas, faziam com que houvesse no interior desta instituição de ensino alunos de diferentes níveis sócio-econômicos, pois estudavam juntos os filhos dos diferentes tipos de trabalhadores da usina, colonos, motoristas, administradores, ferroviários, comerciantes, por exemplo. No entanto, temos que entendê-la como uma escola voltada prioritariamente aos filhos dos trabalhadores ligados direta ou indiretamente ao trabalho na agricultura.

A periodização estabelecida para a realização desta pesquisa de cunho histórico (1942/1988) é direcionada a perceber aspectos e apresentar indícios que contribuam para a visualização da cultura escolar da referida escola dentro de um espaço que se inicia com a criação do Grupo escolar Pedro Morganti e termina no momento em que as terras da Secção Bela Vista são desapropriadas para fins de Reforma Agrária e ocupadas pelas famílias que compõem o Assentamento Bela Vista do Chibarro.

Este estudo que se propõe histórico está fundamentado teoricamente na história cultural inglesa, particularmente na obra de Edward Palmer Thompson (1987). A contribuição de Thompson para a pesquisa em educação parece-nos essencial no sentido de apreender um “modo de fazer história” e também um modo de “entender a história”. Faria Filho (2005), coloca-nos uma questão fundamental na justificativa do porquê de se usar este historiador inglês para a realização de pesquisas no campo da educação. Segundo ele, a dimensão política é fundamental da obra de Thompson e se desdobra numa exigência ética de comprometimento do historiador com o seu tempo, além de uma sensibilidade para com os problemas dos esquecidos pela história. No caso deste trabalho houve uma preocupação em entender o modo como a instituição escolar se apresentava aos filhos dos trabalhadores e tentar perceber, mesmo através dos silêncios, como esses se relacionavam com a educação escolarizada que lhes era oferecida. Vasculhamos a documentação no sentido de reconstruir como este processo de escolarização se processava.

Outra contribuição de Thompson é a ajuda fornecida no sentido de possibilitar um rigor metodológico que nos leva constantemente da teoria a empiria e ao debate historiográfico. Thompson nos oferece um aprendizado, como candidatos a historiadores, no sentido de tentar buscar na luta, no conflito, nas negociações o *locus* fundamental de nosso trabalho de pesquisador na história. Aliás, toda sua produção, não prescinde jamais do conflito e da relação com o outro, seja este representado por uma classe ou por indivíduos tomados isoladamente.

Como o pretendido foi fazer uma incursão no tempo e no espaço em busca de informações para esta pesquisa em história, em nosso caso específico, em história da educação, tivemos de interpretar nossas fontes documentais à luz da busca do reconhecimento do humano e das relações estabelecidas no espaço e no tempo. Este historiador nos levou a entender os fatos sociais como fatos históricos, e nesta perspectiva pudemos descartar uma visão da teoria como “verdade” assim como nos aventuramos em tentar abraçar o desafio do conhecimento como *percurso*, sempre provisório e aproximado, salpicado de silêncios e impurezas. Então, posicionados em direção à não construir verdades históricas absolutas, apresentamo-nos como interessados em dar voz às fontes documentais tentando reconstruir aspectos, fragmentos, indícios, que nos permitam discutir a cultura escolar da referida instituição.

Dialogar com fontes documentais é um terreno árduo, pois se faz necessário procurar algo que já esteve vivo, em movimento dinâmico, em papéis que num primeiro momento não trazem relação entre si mesmos, ou na maioria dos casos, entre si e algum sentido histórico. Como professores, sabemos o quanto a burocracia educacional nos consome o tempo. E ao incorporarmos maneiras de nos relacionarmos com esta burocracia, nem sempre estamos sendo fiéis a realidade. É como se tivéssemos uma outra realidade, a dos papéis que precisam ser preenchidos, dos Programas e prazos que precisam ser cumpridos e uma outra realidade, que é a da sala de aula, a que nos preenche, a realidade que faz valer a pena ser professor. Mas, como discorrer sobre as relações sociais observadas pelos registros? Afetos e desafetos, posições políticas ou a falta delas, enfim, a dinâmica complexa da humanidade, a cultura, parece-nos escapar da compreensão, quando tentamos observa-las a partir de fontes documentais. Então pareceu-nos importante pensar que as diferentes experiências dos sujeitos apontados pelos registros, se construíam historicamente como cultura.

Com base nos textos de Thompson, pareceu-nos salutar pensar esta pesquisa dentro de uma perspectiva que articulasse a categoria de experiência com a de cultura, pois como afirma este autor:

A experiência chega sem bater na porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas Passam fome: os que sobrevivem pensam o mercado de outra forma. Pessoas são presas: na prisão pensam sobre a lei de novas maneiras [...] Dentro do ser social ocorrem mudanças que dão origem a uma experiência transformada: e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON 1981, p.200).

Pensamos a cultura como possuidora de complexos sistemas que manejam, transmitem ou distorcem a experiência de vida dos sujeitos, e que ela deve ser pensada numa interação dialética com o que não é cultura, que é a experiência de vida deste mesmo sujeito. Para Thompson (1981, p.362) estes conceitos são conceitos de junção. Experiência e Cultura são articulados constituindo ambas um ponto de junção entre estrutura e processo, entre as determinações objetivas do ser social e a possibilidade do agir e da intervenção humana. As experiências vividas dentro da instituição de ensino quando se tornam permanentes por um período de tempo, se transformam em práticas que passam a compor a cultura escolar.

Nosso estudo buscou perceber os constituintes da cultura escolar do nosso grupo escolar num determinado período de tempo. Pareceu-nos importante estabelecer um entrelaçamento entre cultura escolar e experiência, no sentido de entendermos a formação da cultura escolar da instituição pesquisada, centrada na experiência humana daqueles que viveram no espaço e no tempo pesquisado.

Para a realização deste trabalho de pesquisa que se propõe histórico, optamos pelo uso do conceito de Cultura Escolar como objeto de análise, ou seja, não entendemos a cultura escolar como um receituário do que se deva aplicar como modelo nesta busca, mas sim, tentamos dialogar com as fontes documentais buscando entender como funcionava uma escola primária rural. Neste sentido, entender como as experiências pedagógicas e administrativas contribuíam para a formação de sua cultura escolar.

Definimos que o caminho desta busca, deveria ser trilhado sob a luz de uma aceção de natureza mais descritiva e de abrangência mais alargada. Esta opção está relacionada à execução da metodologia de pesquisa, pautada em fontes documentais um tanto quanto precárias, que pouco informam sobre os aspectos mais dinâmicos do cotidiano escolar.

Pareceu-nos salutar tomar como referência uma concepção mais descritiva de cultura escolar de acordo com as idéias de Viñao Frago (1995). A partir do ponto de vista deste autor, cultura escolar pode ser vista como o conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Isso inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais -, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento – e modos de pensar, bem como as idéias compartilhadas. Ou ainda de um modo mais geral, a cultura escolar é toda a vida escolar: fatos e idéias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer.

Pudemos observar, como a cultura escolar da referida instituição se apresentou sob diferentes feições durante o passar dos tempos. Percebemos como sofreu interferências legais, e para isso se fez necessário o estabelecimento de um paralelo entre o desenvolvimento da instituição e o desenvolvimento de legislações, Programas ou Campanhas institucionais. Durante a pesquisa ao iniciar primeiramente por uma organização e análise das fontes, pudemos avançar do que foi percebido pela leitura do documento para uma interpretação da lei, por exemplo. Como se tentássemos partir de baixo para cima, em alusão ao fato das leis serem impostas de cima para baixo. Foi necessário checar a cultura escolar pelos dados recolhidos.

Reforçando ainda a justificativa da necessidade de se relacionar cultura escolar e experiência, a partir das discussões de E.P. Thompson e utilizando as informações de Faria Filho (2005) sobre as possíveis modificações ocorridas no interior das culturas escolares, podemos dizer que as culturas escolares não são passíveis de reformas ou interrupções bruscas, justamente porque precisam ser construídas nas experiências e nas práticas escolares. Exemplificando: uma das práticas exigidas por todos os diretores do Grupo Escolar Com. Pedro Morganti que pudemos observar, era a de que os professores acompanhassem seus alunos em fila até o portão da escola. Mesmo com a mudança de diretores, essa exigência era mantida. Entendemos isso como representação de uma prática escolar, porque sinalizava como era a disciplina exigida dos alunos e também qual era o nível da responsabilidade que o professor recebia ao ser “constantemente” lembrado que tinha que manter a ordem. A voz dos professores raras vezes aparece nas atas das Reuniões Pedagógicas que tinham um caráter mais de estipular o que deveria ser cumprido. No entanto, a persistência nos apelos, leva a deduzir que as regras de disciplina não eram completamente cumpridas. Uma resistência dos alunos ou ingerência dos professores, pode sinalizar um conflito de interesses, que não ficam expressos somente a partir da leitura das atas.

Com relação a uma interpretação de cultura escolar relacionada ao conceito de ordenamento jurídico, ou seja relacionada com uma legislação que a prescreve, tivemos que buscar nas fontes, principalmente nas atas de reuniões pedagógicas, indícios de como as prescrições legais foram incorporadas e postas em prática. Partimos de um olhar que observava as atas de reuniões pedagógicas como um *locus* de reinterpretação e reconfiguração das leis, pois em cada passo da hierarquia onde se encontravam os sujeitos escolares, havia uma intencionalidade. Nesse sentido, entender como o corpo docente se apropriava das prescrições legais e quais os mecanismos utilizados para coloca-las em prática em seu cotidiano, pareceu-nos um excelente

caminho em direção a reconstrução de uma possível cultura escolar da instituição em questão. No entanto, ao não percebermos vozes que representavam o corpo docente, nos restou interpretar o silêncio, a ausência delas, como uma característica da cultura escolar do grupo escolar pesquisado. A falta de vozes atrelada a uma realidade onde as reuniões pedagógicas serviam como reuniões de prescrições, do que se deveria e do que não se deveria, nos levou a intuir sobre um certo ranço de autoritarismo para com o corpo docente. Todavia há nas atas disponíveis, por várias vezes, a orientação para que os professores não submetessem seus alunos a castigos físicos e nem a humilhações dentro da sala de aula. A recomendação era que os levassem até a diretoria para as devidas sanções. O fato destas recomendações persistirem no tempo, nos levou a pensar também na relação dos professores com os alunos indisciplinados, como uma relação conflituosa, baseada muitas vezes, na força física. É certo que não podemos tentar generalizações. Obstante, o que tentamos buscar é justamente as relações que estão nas entrelinhas, os conflitos que não figuram objetivamente e deliberadamente nos registros documentais.

Para a realização deste estudo utilizamos fontes encontradas no arquivo da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Prof. Hermínio Pagotto”, pertencentes ao Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Foi necessário organizar os documentos que se encontravam guardados num dos armários da escola na sala da dispensa. Ao todo foram encontrados 217 documentos referentes ao período delimitado para o estudo, que nos serviram como fontes valiosas para o estudo histórico das instituições educativas e da cultura escolar, contribuindo para os estudos da história da educação brasileira. A variedade de fontes encontradas: Livros de chamadas, Livros pontos, de Matrículas, de Pessoal, Inventário, Ata das Reuniões Pedagógicas, Livros de Recortes, Mapas de Movimento, Atestados, laudos e Guias, Caixa Escolar, Livro de Correspondências, Memorandos e Circulares, Merenda Escolar, entre outros, foram catalogadas e organizadas usando a seqüência cronológica como critério de classificação dos documentos.

Quando nos deparamos com estes materiais, tivemos que organiza-los, agrupa-los e recondiciona-los para posteriores consultas. Foi necessário, etiquetar as prateleiras com datas para uma melhor orientação espaço-temporal e também para facilitar o acesso de outros pesquisadores, que se interessem em aprofundar o conhecimento sobre as instituições educativas do meio rural. Organizar tais documentos ganhou uma áurea maior de compromisso historiográfico do pesquisador, que imerso na realidade pesquisada, tentou contribuir para a

reconstituição da identidade e da trajetória de vida da instituição de ensino, agrupando os documentos e disponibilizando-os, apresentando-os como um repertório geral de fontes que indicam a documentação existente naquele estabelecimento.

Acreditamos, que estes dados organizados, como resultados iniciais de pesquisa, já contribuem para o campo de estudo que se volta para a investigação sobre o histórico das instituições educativas, e da cultura escolar, conforme enfatiza Souza (2000: p.14):

[...]Em geral, esses arquivos são consultados ou constituídos em estudos monográficos sobre a história da instituição de referência (...) permitem reconstituir a identidade e a trajetória de vida de um determinado estabelecimento de ensino. No entanto, esse material pode ser valioso para estudos mais abrangentes, especialmente para a cultura escolar. Um repertório regional de fontes indicando a documentação existente em cada estabelecimento de ensino poderá potencializar a contribuição dos arquivos escolares para a História da Educação.

Encontrar e organizar cronologicamente os documentos foram os primeiros passos na relação com as fontes documentais. Avançada esta etapa, nos deparamos com a necessidade de escolher entre tantos documentos, quais seriam os que nos ajudariam em nossa empreitada de pesquisa. Desse modo, optamos por uma análise dos Livros de Matrículas, que nos ofereceram inúmeros dados que contribuiriam para a realização de uma caracterização do estabelecimento de ensino pesquisado, dos Livros de Ponto Pessoal, que nos possibilitaram o mapeamento cronológico daqueles que ocuparam a direção da instituição no decorrer do período estudado e dos Livros de Atas de Reuniões Pedagógicas, que permitiram buscar vestígios da cultura escolar. Em primeiro lugar buscamos caracterizar a referida escola primária rural, levantando informações oriundas dos Livros de Matrículas, sobre os alunos e sobre a comunidade onde estava inserida. Construimos um Quadro Geral de Matrículas que permitiu visualizar o histórico de matrículas durante o período estudado, assim como nos quadros em que sintetizamos as informações sobre endereços, nacionalidades, profissões e aprovações/retenções/evasões, é possível perceber a tentativa de reconstrução do histórico da escola. Em seguida, nos debruçamos sobre os Livros de Ponto Pessoal para entender as permanências e rupturas referentes ao exercício da função de diretor da referida instituição. Não nos propusemos realizar o mesmo com relação ao corpo docente da instituição pois, ao tentarmos isso, percebemos que não haveria tempo hábil para esse

trabalho de pesquisa, visto a quantidade de material para analisar, dado que era intenso o movimento de troca e substituição dos professores.

Logo depois, examinamos as Atas de Reuniões Pedagógicas buscando vestígios da cultura escolar do período estudado. A partir das Atas de Reuniões pedagógicas, pudemos refletir sobre a normatização do trabalho docente, ou seja, sobre a postura exigida do professor em sala de aula e como ele ministrava os conteúdos selecionados, também sobre a disciplina exigida dos alunos e como a instituição se relacionava com a higienização dos corpos e dos espaços. Através das atas pudemos traçar considerações também sobre as Campanhas e Comemorações realizadas pela instituição pesquisada, assim como perceber quais as orientações específicas para as escolas rurais, e fazer uma reflexão sobre as intenções políticas, sociais e culturais do Programa de Extensão Rural, assim como identificar qual foi o papel da Assistência Técnica Rural, no processo de construção do ideário escolar de homem do meio rural.

I

Usina Tamoio: A história de um Império nos campos de Araraquara

O Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti está situado nas terras da antiga Usina Tamoio, pertencentes à família Morganti. É impossível discorrer sobre a referida instituição de ensino sem apresentar qual o significado desta usina e de seus proprietários para a cidade de Araraquara, para o Estado de São Paulo, para o Brasil e toda a América do Sul. Para tal empreitada, utilizaremos principalmente os estudos realizados por Caires (1993).

A Usina Tamoio nasceu em 1917 com status de usina, embora tenha sido originalmente denominada de “Engenho Fortaleza”. Organizada por Pedro Morganti ela surgiu num cenário de crise e decadência da produção cafeeira e início dos áureos tempos da cana de açúcar. Nela coexistem até a segunda metade da década de 1920 essas duas culturas agrícolas, quando passa a se apresentar como a única usina açucareira de Araraquara, respondendo por 12% da produção total do Estado de São Paulo.

Segundo a interpretação de Pacheco (1988), outro historiador preocupado com a relação entre o cultivo do café e a urbanização de Araraquara e São Carlos no período de 1920 a 1940, a Usina Tamoio já se apresentava como um dos mais importantes estabelecimentos do setor em São Paulo. Sobre a expansão de suas terras pela região, podemos mencionar um grande salto ao comprar as propriedades vizinhas, em geral antigas fazendas cafeeiras, afetadas na sua grande maioria pela crise mundial do final da década de 1920. Essa acumulação de terras e riquezas fez com que, em 1946, ao bater o recorde continental de produção de açúcar, esta usina fosse oficialmente considerada a maior indústria sucro-alcooleira do país e da América do Sul.¹

É válido mencionar que o fundador Pedro Morganti faleceu no ano de 1941, deixando para a sua família o controle do império do açúcar, formado, naquela época, por 5.278 alqueires que abrigavam de 7.000 a 10.000 trabalhadores habitantes. A Usina Tamoio, que também controlava financeiramente a Refinaria Paulista S/A, tinha em sua população trabalhadora dividida entre agricultura e industrialização, além do regime de colonato que perdurou até o início da década de 1960, colonos de cana, assalariados agrícolas, camaradas, operários de fabricação, manutenção, empregados da administração, dos escritórios, dos transportes, inclusive do transporte ferroviário. Em toda sua extensão a usina era povoada por aproximadamente 1.500 casas. Possuía oficinas mecânicas, um ambulatório médico localizado na Seção Bela Vista,

¹ Conforme Álbum de Araraquara de 1948. p.124

ambulância, prédio do Circulo Operário Católico, um campo de pouso para aviões de pequeno porte, pelo menos uma capela em cada seção, uma biblioteca, sala de projeção de filmes e peças teatrais, um grande estádio esportivo, armazém, açougue, farmácia, padaria, loja de ferragens, loja de tecidos e armarinhos, torrefação de café, fábrica de sabão, leiteria, sorveteria, instituto de beleza, gabinete dentário, agência postal, serviço telefônico, um serviço de ônibus que ligava a cidade de Araraquara à estação de trem Tamoio, uma Catedral religiosa, além de uma hospedaria similar a um hotel citadino (CAIRES, 1993. p.66). Ao que parece a usina assegurava que todas as condições e necessidades de seus trabalhadores fossem satisfeitas ali mesmo.

A partir dos estudos da pesquisadora, pudemos verificar que, desde a década de 1930, a Usina Tamoio já mantinha em seu território um Grupo Escolar de bom porte e seis escolas isoladas. Data de 1939, a primeira turma de formandos do Grupo Escolar D. Giannina Morganti, situado na sede da usina, lugar onde havia uma vila com casarões e as instalações industriais, ou seja, a moenda propriamente dita. É importante ressaltar que a Usina Tamoio era um grande latifúndio, com sua extensão de terras ligando as cidades de Araraquara aos limites da cidade de Ibaté e também aos limites da cidade de Guarapiranga, por isso era subdividida em seções, onde existiam colônias de casas. Neste sentido, a Seção Bela Vista, possuía uma colônia com aproximadamente 150 casas, um posto de saúde, uma escola, uma igreja católica e uma estação de trem. No entanto, foi sob o domínio da segunda geração da família, que Pedro Morganti elevou duas das seis escolas isoladas à condição de Grupo Escolar, sendo uma delas situada na Seção Bela Vista da usina, o objeto de estudo deste trabalho: o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

Este amplo aparato educacional existente dentro deste espaço rural, ilustra com êxito o processo de expansão do ensino público paulista. Desde as décadas de 1920 e 1930 os educadores intitulados “ruralistas” buscaram colocar em evidência o problema da falta de escolarização no meio rural. Era necessário construir um Brasil moderno, que além de adentrar rumo a industrialização, também assegurasse o dinamismo da economia agrária. A representação mais segura disso é o personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato, o típico caipira paulista, apático, doente, sem aspirações e esperanças, inepto para o trabalho e indiferente ao progresso e ao desenvolvimento social e econômico.

Na defesa da Escola Rural, o grupo ruralista, cujo representante mais conhecido em São Paulo foi Sud Mennucci, defendia uma escola diferenciada, concebida não nos moldes de uma

escola cidadina alicerçada nos valores e na cultura urbana, mas uma escola que possibilitasse a fixação do homem no campo. Este pensamento estava imbuído da crença nas vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país. Como muito bem demonstra Souza (2006), a expansão do ensino primário no estado de São Paulo na primeira metade do século XX privilegiou as áreas urbanas do estado, apesar de grande parte da população residir na zona rural. Ainda segundo ela, a difusão da educação no meio rural compreendia um investimento oneroso e com muitos impedimentos econômicos, políticos e sociais.

O fato de encontrarmos na década de 1930 nas terras deste conglomerado agro-industrial seis escolas isoladas e um Grupo Escolar, demonstra quanto prestígio e força política exerciam os Morganti junto ao estado para garantir em suas terras estas instituições educacionais. No início da década de 1940 foi construído o segundo grupo escolar dentro das terras da usina, o Grupo Escolar Pedro Morganti. Não podemos nos esquecer que os grupos escolares durante a primeira metade do século XX foram concebidos como indicadores da modernidade da educação paulista, tais instituições foram vistas como símbolo da escola republicana e se tornaram símbolos da escola pública paulista.

Quando instalados no estado de São Paulo no final do século XIX, os grupos escolares se opuseram ao modelo da escola monárquica, comumente encontrada durante o século XIX que era a escola de primeiras letras. Os grupos escolares eram o que existia de mais moderno em termos educacionais até a metade do século XX, e é importante apresentar aqui sua relevância no processo de construção da sociedade republicana para entendermos sua importância quando observados dentro de uma área rural. Estes “templos educacionais” consagraram a imagem de um sistema orgânico e racional e se legitimaram inclusive pelo conjunto de dispositivos materiais e simbólicos postos em visibilidade, como por exemplo a construção de prédios próprios para a escola compreendendo uma arquitetura imponente, mobiliário e materiais modernos e importados, sistema de inspeção técnica e realização de festas e comemorações cívicas que davam publicidade à ação escolar no meio social.

Em meados dos anos de 1960, a usina completou seu sistema educacional, a partir da aprovação do projeto de lei nº 846/58, de autoria do Deputado Estadual Scalamandrê Sobrinho, instituindo o “Ginásio Estadual da Usina Tamoio” que funcionava no Grupo Escolar D. Giannina Morganti localizado nas instalações da sede da Tamoio.

Em 1953, ao liderar a produção sucro-alcooleira do Estado de São Paulo, a Usina Tamoio era uma passagem necessária para todos os cidadãos ilustres que visitavam a cidade de Araraquara. Entre estes, o então Governador do Estado de São Paulo Jânio Quadros e o político Juscelino Kubstichek de Oliveira. Para tentar descrever o prestígio que a Usina Tamoio e seus dirigentes passaram a gozar na sociedade araraquarense, basta pensarmos que os altos lucros obtidos pela empresa, principalmente mediante subsídios recebidos por leis de proteção à produção açucareira, eram redistribuídos em atividades de cunho assistencial e cultural na cidade de Araraquara. Caires (1993), demonstra em sua tese, que à medida que aumentava o poder econômico dos Morganti, aumentava também a inserção dessa família nas atividades assistenciais e culturais da cidade. Segundo a autora, eles foram responsáveis diretos pela ampliação do prédio da maternidade Gota de Leite, pela ampliação das instalações do Asilo de Mendicidade, pela construção do prédio para funcionamento do Posto de Puericultura na Vila Xavier (um dos maiores bairros na época), além, dentre outras coisas, de patrocinarem o Núcleo de Belas Artes de Araraquara. Foi assim que em 1954, a Câmara Municipal da cidade, deu à uma via pública na região central o nome do fundador da usina e patriarca da família: “Comendador Pedro Morganti”.

No entanto, na década de 1960 esta família entrou num novo período de sua história. As mudanças estruturais ocorridas na economia do país, foram sentidas também pela família Morganti. A implementação de técnicas agrícolas consideradas mais modernas e a extinção do colonato em 1964, foram fatores que contribuíram significativamente para a existência de uma luta política entre usineiros e colonos. Os colonos, depois de vencidos, foram transformados em assalariados agrícolas e inclusive desapropriados de seus instrumentos de trabalho e de seus animais usados também no trabalho na terra.

Em 1961 a usina lançou um plano mais agressivo de eliminação de seu excesso de mão de obra, considerando seu atraso frente ao acelerado processo de mecanização da lavoura já instaurado. Mesmo com todas as medidas tomadas no sentido de se transformar, para acompanhar o desenvolvimento das novas técnicas modernas de produção, em 1966 este modelo já se mostrava bastante obsoleto vindo a ruir completamente em Abril de 1969, com a venda da usina para um grupo detentor de forte capital financeiro, o Grupo Silva Gordo.

Para este novo grupo empresarial, era importante não somente diminuir o quadro de funcionários, mas também dismantelar o ideário que existia entre os locais. O Grupo Silva Gordo

agiu dando seqüência ao projeto de mecanização da agricultura, não sendo necessário para isso, manter aquela enorme estrutura patriarcal, de relações bastante coloniais, construída pelos Morganti. Uma das iniciativas foi persuadir os funcionários a optarem espontaneamente pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo seu desligamento da empresa. Houve um número significativo de trabalhadores, que mesmo depois de se desligarem da usina, ainda continuaram por lá, prestando serviços temporários. Talvez não conseguissem mais se desvencilhar da relação paternalista e de pertencimento àquele lugar, herdada dos tempos dos Morganti.

A década de 1970 foi marcada pelo grande volume de ações trabalhistas. Em 1977 o Grupo Silva Gordo já havia imprimido na Usina Tamoio, as marcas de sua administração, segundo Caires (1993, p.368):

Nesse quadro crítico, representado pelo não pagamento de elevados débitos fiscais para com o fisco estadual e federal, com constantes atrasos nos pagamentos dos salários dos trabalhadores e o não recolhimento do FGTS, trabalhar naquela usina passou a ser uma desventura.

No final de 1981, os funcionários da Usina Tamoio deflagraram uma greve, que mesmo contando com um número significativo de adesões, inclusive dos trabalhadores da lavoura, acabou fracassando, porque, como sugere a pesquisadora, esbarrou em mecanismos utilizados pela empresa para esvaziar o movimento e na falta de tradição de luta por parte deste grupo de trabalhadores ofuscada, inclusive, pelo peso das relações sociais fortemente enraizadas desde o período Morganti. Após a demissão por justa causa de 22 trabalhadores por serem considerados “os cabeças” da greve, e a decretação de licença coletiva até o início de Janeiro de 1982, os trabalhadores foram desarticulados. O que não significa que a história estava acabada e resolvida.

Logo após a greve dos funcionários da Usina Tamoio, toda a cidade de Araraquara foi mobilizada, informada dos acontecimentos, pela Comissão de Apoio aos Trabalhadores da Usina Tamoio, grupo constituído por várias entidades de classe de Araraquara: Sindicatos, Partidos, Representantes de instituições ligadas à Igreja Católica, à Comissão de Justiça e Paz e representantes dos Trabalhadores da usina, entre outros. A Comissão arrecadou fundos e alimentos para os grevistas e demitidos e também promoveu reuniões entre o proprietário e os trabalhadores da usina.

Em Outubro de 1982 a Usina Tamoio foi paralisada com 250 a 500 mil toneladas de cana para serem moídas, fato repercutido nacionalmente. Na tentativa de solucionar o caso,

representantes de vários órgãos sindicais, governamentais estaduais e federais, chegaram a discutir a perspectiva de desapropriação da usina pelo não cumprimento dos interesses sociais. Aqui observamos uma nítida tentativa de aplicação das diretrizes oriundas do Estatuto da Terra. No entanto o que se notou foi a vitória do discurso elitista, que amparado juridicamente, dizia ser impossível tal processo de desapropriação, pelo fato dos trabalhadores rurais da usina serem enquadrados sindicalmente como industriários, sendo seus problemas trabalhistas de natureza urbana, não cabendo à eles uma justa reivindicação pela terra.

Em 1986, na ocasião da visita do Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário – Dante de Oliveira - em Araraquara, políticos e lideranças sindicais locais solicitaram ao ministro a inclusão da Usina Tamoio no Plano Nacional de Reforma Agrária. O fato importante era que desde 1982 até aquela data, período em que a usina ficou desativada, suas terras continuaram à serem arrendadas e plantadas por outros usineiros da região.

Segundo Caires (1993), a questão da terra apareceu atrelada à luta pelos direitos. O Sindicato dos Trabalhadores Industriários e Agrícolas de Araraquara defendia o pagamento dos direitos trabalhistas e prosseguiu acionando judicialmente o Grupo Silva Gordo, e conseguiu em Janeiro de 1983 que a justiça colocasse em leilão a Fazenda Chibarro, que havia sido oferecida pelo grupo proprietário em caução a dívida referente ao pagamento dos salários atrasados e o FGTS não recolhido dos funcionários. Após uma tentativa fracassada de leilão desta fazenda, foi decidido adjudicar a propriedade em nome do sindicato para o pagamento de tais débitos trabalhistas. A ação do sindicato que desde o início tendia a preferir medidas conciliatórias com os proprietários da usina, a ausência de tradição de luta por parte dos trabalhadores da usina e o desgaste provocado pelo longo período de espera, fizeram com que fosse realizado um acordo conciliatório entre as partes.²

Sobre este acordo conciliatório:

[...]Ainda, para tal decisão, colaborou muito a crença de que a terra nada lhes servia sem as condições técnicas para trabalha-la. A ilusão de que a usina pudesse vir a ser reativada, impediu que os trabalhadores mantivessem o desejo de se tornar proprietários das terras, que segundo alguns deles, representam o seu pulmão. É na Fazenda Chibarro que se encontra a represa, fonte de água para a usina e da qual ela não prescinde.

Mais uma vez, parece ter prevalecido a crença de que a terra do patrão era inviolável. Parece ter pesado nesta decisão resquícios da fidelidade sentida e devida desde o período Morganti, fortemente enraizada na memória e na vida dos seus antigos trabalhadores. (Caires ,1993 p.377)

² A Assembléia de liquidação do processo 466/82, foi realizada na sede do S.T.I.A.A. em junho de 1988.

Devido a certeza de que após o acordo trabalhista, estava extinta a possibilidade dos trabalhadores assalariados rurais da usina se tornarem proprietários de terras, e que as terras desapropriadas continuariam a ser arrendadas sem nenhum controle por parte dos órgãos governamentais, o Sindicato dos Empregados Rurais, com sede em Araraquara, liderado pelo sindicalista Élio Neves, iniciava uma campanha que objetivava mobilizar trabalhadores desempregados, gerando uma demanda real por terra na região.

Foi a partir daí, que em 1989, a Fazenda Bela Vista do Chibarro foi ocupada pelos trabalhadores rurais, sendo a partir de então, destinada ao “Projeto de Reforma Agrária Assentamento Bela Vista do Chibarro”.³ A partir deste momento, aproximadamente 150 famílias oriundas de várias partes do país, orientadas pelo líder sindical Élio Neves, migraram para estas terras e deram início ao processo de demarcação e distribuição das terras. A divisão da Fazenda Bela Vista em lotes agrícolas para cada família foi feita sob a orientação do DAF (Departamento de Assuntos Fundiários), órgão do Governo do estado de São Paulo. A partir de então, os assentados passaram a cultivar aquela terra para a produção de alimentos para subsistência e para comercialização.

³ O trabalho de pesquisa realizado por BARONE, LA. *Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Araraquara, 1996. 164 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista percorre o caminho da luta dos bóia-frias da região de Guariba por direitos e por terra, inclusive discorre sobre a entrada de um grupo de trabalhadores oriundos do movimento de Guariba no projeto de Reforma Agrária do Assentamento Bela Vista. p. 105.

II

Grupo Escolar Pedro Morganti: disseminação da cultura escrita e a formação do trabalhador rural.

O objetivo deste capítulo é apresentar a escola primária estudada a partir de um diálogo com as seguintes fontes documentais: os Livros de Matrículas e os Livro do Ponto Pessoal. Apontaremos, a partir da leitura e sistematização dos dados, algumas considerações sobre o desenvolvimento histórico desta instituição de ensino. É evidente que não daremos conta de recontar minuciosamente o cotidiano do grupo escolar, todavia, abordaremos alguns temas que nos permitiram a leitura destas fontes documentais.

Os livros de matrículas foram instrumentos importantes para uma caracterização do corpo discente. A partir deles pudemos apresentar informações referentes à quantidade de alunos que freqüentaram esta escola no decorrer dos anos, construímos um quadro referente ao endereço dos alunos que freqüentaram a instituição, apresentamos as diferentes nacionalidades dos pais dos alunos, assim como quais foram as diferentes profissões encontradas nos registros. Nos Livros Pontos foram encontradas informações que nos permitiram construir uma linha do tempo cronológica e nominal dos diretores deste grupo escolar.

Livros de Matrículas: contribuições para uma caracterização do Grupo Escolar

Entre 1942 e 1988, podemos observar que a escola ofereceu o ensino primário de 4 anos para meninos e meninas moradores da Fazenda Bela Vista. O quadro de matrículas permite uma visualização do fluxo de alunos durante o período estudado:

1. Demonstrativo de Matrículas dos Alunos do G.E. “Comendador Pedro Morganti” 1942-1988

ANO	Matriculados		TOTAL	MATRÍCULAS POR SÉRIE										
	MASC	FEM.		MASCULINO					FEMININO					
				PRÉ	1°	2°	3°	4°	PRÉ	1°	2°	3°	4°	
1942	89	85	174		76	05	08			56	10	19		
1945	146	136	282		83	26	14	23		82	23	09	22	
1950	98	89	187		40	28	12	18		42	28	06	13	
1955	127	102	229		65	26	29	07		45	18	26	13	
1961	148	131	279	29	34	32	34	19	38	43	16	21	13	
1965	119	125	244	08	33	24	26	28	23	28	43	17	14	
1970	77	94	171	15	18	20	8	16	17	14	23	13	27	
1975	33	37	70							S/R				
1980	16	21	37											
1985	14	03	17											
1986	09	05	14											
1987	06	05	11											
1988	04	07	11											

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988⁴

Todos os dados analisados nesse item foram retirados das fontes documentais apontadas abaixo. Os registros marcam que o ensino pré-primário foi instituído nesta instituição de ensino a partir do ano de 1961, existindo seu registro em Livro de Matrícula separado desde esta data até o

⁴ Livro de Matrícula “Secção Masculina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista, Livro de matrícula “Secção Feminina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista, Registro Escolar: Matrícula, Professores e Aparelhamento escolar – Modelo I – do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1949 a 1957, Livro de Matrícula dos alunos do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964, Livro de Matrícula das alunas do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964, Livro de Matrícula “Masculino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967, Livro de Matrícula “Feminino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967, Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1973-Feminino, Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1974-Masculino, Livro de Matrícula da 2ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1984, Livro de Matrícula da 1ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1988.

ano de 1974. Mesmo os dados sobre a pré-escola estando registrados em livro de matrícula separado, eles foram incorporados no montante de alunos e alunas levantados nos demais livros em cada ano analisado. Assim como também foram incorporadas as informações que se somavam às dos demais livros com relação aos dados de endereços, filiações, profissões, nacionalidades. Nos documentos existentes, não há registro de que a pré-escola tenha continuado existindo nesta instituição de ensino depois de 1974.

Observamos, portanto dez anos de registro da existência desta modalidade de ensino pré-primário na vida deste grupo escolar. Estudar quais motivos históricos que culminaram com sua implementação, assim como perceber quais foram as razões de sua extinção, são questões instigantes que sugerem um aprofundamento, uma análise mais elaborada e completa.

Iniciamos nossa análise pelos Livros de Matrículas, por serem substancialmente ricos em informações sobre o alunado no decorrer do tempo; e foram abundantes as informações recolhidas, que nos permitiram construir uma caracterização do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti de 1942 até o final da década de 1980. A partir dos dados recolhidos dos Livros de Matrícula do período de 1942 a 1988, foi possível proceder a caracterização do “Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti”. Não realizamos a aferição anual dos dados, optamos por recolhe-los de cinco em cinco anos. É importante apontar que nos vimos livres em retroceder e acelerar cronologicamente, de acordo com a disposição em que os dados se apresentaram no momento da coleta e de sua sistematização. Iniciamos no ano de 1942, data dos documentos mais antigos encontrados, passamos por 1945, por entender que nestes primeiros anos de vida deste grupo escolar, seria importante diminuir o espaço de tempo de análise dos dados, para aumentar a quantidade de indícios oferecidos a esta pesquisa. Outro espaço de tempo que não foi de cinco anos, foi de 1955 a 1961. Quando voltamos a pesquisa documental para o ano de 1960, nos deparamos com somente um livro de matrícula, o livro feminino, não existindo dados referentes a Secção Masculina. Então observamos que o ano de 1961 continha estas informações completas e era melhor que o usássemos como fonte de dados; logo em seguida, fomos ao ano de 1965, diminuindo o período de nossa análise para quatro anos. Continuamos então, a partir desta data, a realizar a nossa sistematização de dados, seguindo o intervalo de tempo de cinco anos.

Somente na década de 1980, é que novamente vamos alterar o espaço de tempo para a análise dos dados; a partir de 1985 até o ano de 1988 os dados passaram a ser coletados anualmente.

Sobre a riqueza de informações presentes nos livros de matrículas, já havia nos orientado (Souza, 2000 p.14) que:

[...] contém dados relevantes que permitem uma criteriosa caracterização dos alunos em relação a nacionalidade, filiação, idade, condições sócioeconômicas (dados que podem ser aferidos tendo em vista a profissão do pai e ou responsável e o endereço residencial do aluno.(...) “Esses dados são essenciais para uma compreensão mais acurada sobre as demandas pela escola e as características do alunado.

Para registrar os dados do ano de 1970, estávamos manuseando dois livros de matrícula, , iam de 1968 a 1974, e neles nos defrontamos com as “séries anexadas”. Quando nos debruçamos sobre o ano de 1975, nos deparamos com dois livros de matrículas: Livro de Matrícula da 1ª escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio de 1975 a 1988 e Livro de Matrícula da 2ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio de 1975 a 1984. No primeiro livro, não há a indicação de séries, o alunado está disposto seguindo somente a ordem de matrícula; já no segundo livro, o da 2ª Escola Mista, há o registro das séries em que aqueles alunos estavam matriculados. Por isso, a decisão tomada foi a de apresentar na tabela os dados deste ano de maneira geral, sem especificar as séries dos alunos.

Neste ano é perceptível uma queda no número de alunos matriculados nesta instituição de ensino. O último registro feito, no ano de 1970, dava conta de 171 alunos, agora vamos desconsiderar os 32 alunos do ensino pré-primário, ou seja, havia 139 alunos matriculados no ensino fundamental. No ano de 1975 não temos registro de alunos matriculados no ensino pré-primário, o que nos leva a pensar em sua extinção e os registros dão conta de 70 alunos, distribuídos na 1ª e na 2ª Escola Mista. Ou seja, houve uma diminuição de 139 para 70 alunos; a escola encolheu e em apenas cinco anos, diminuiu seu público pela metade. O que está relacionado ao novo modelo administrativo impresso na Usina Tamoio pelo grupo empresarial que acabara de a adquirir. Após a compra da usina pelo grupo Silva Gordo, foi levado adiante o plano de diminuir consideravelmente o número de funcionários, visto a necessidade da empresa se adequar ao novo modelo de desenvolvimento agrícola, mais pautado na mecanização da cultura da cana de açúcar em detrimento da mão de obra dos trabalhadores agrícolas, modelo orientado no sentido oposto ao do paternalismo colonial da era Morganti.

Podemos apontar algumas reflexões que permearam a mente do pesquisador ao analisar as fontes encontradas no interior da instituição, relacionando-as à uma contextualização histórica sobre a Usina Tamoio, partindo de sua ascensão e continuando após sua derrocada.

Nos dois primeiros Livros de Matrículas referentes aos primeiros seis anos de existência do Grupo Escolar, a nomenclatura “Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista”, nos remete a observar o fato de que Pedro Morganti, desde 1917, ocasião em que fundou o “Engenho Fortaleza”, célula inicial de todo o seu império do açúcar, até idos dos anos 40, adquiriu praticamente todas as fazendas de café existentes em torno da sede da usina, inclusive a Fazenda Bela Vista, que passou a partir de então, a fazer parte do grande império da família Morganti. Segundo Caíres (1993, p. 79), foi a partir da segunda geração Morganti que o tal Grupo Escolar foi rebatizado, e renomeado, homenageando seu fundador, o sr. Pedro Morganti, isso logo nos anos seguintes ao seu falecimento.

No diálogo com os Livros de Matrículas, pôde-se observar o intervalo de tempo em que houveram crescimentos e diminuições no número de matrículas por ano, mostrando profunda relação com o desenvolvimento econômico e social da Usina Tamoio; nos momentos em que o império do açúcar estava no em ascensão e auge, observamos um crescimento substancial de 38% no número de matrículas nos três primeiros anos analisados, chegando ao ano de 1945 com 282 alunos, mantendo esta média de alunos até o início da década de 60, quando em 1961 possuía 279 matriculados. Já ao observarmos o fato de que em 1970 haviam 171 matrículas registradas, apontamos uma diminuição no número de alunos matriculados por volta de 39%. O que estabelece um diálogo com as mudanças ocorridas no decorrer da década de 1960, tanto no que concerne a economia do país, quanto aos seus efeitos sobre questões sócio-econômicas da Usina Tamoio.

Sobre o processo de derrocada que passou a usina nos anos 60, nos escreve assim (CAIRES, 1993. p.95):

[...] a década de 60 marcou um novo período na história do setor. A política dirigista do I.A.A., com a limitação de cotas de fabricação e a regulação dos preços do açúcar, favorecendo os usineiros do nordeste em detrimento dos usineiros de São Paulo, provoca uma crise estrutural no setor açucareiro paulista.” (...) A modernização da agricultura brasileira/paulista, as mudanças na legislação trabalhista com a promulgação do ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) em 1963, a política repressiva do pós 64 e também certas particularidades deste grupo empresarial, são fatores que, ao nosso ver, devem ser levados em conta para uma tentativa de explicação da débâcle deste forte grupo usineiro.

Com o fim do império dos Morganti, a partir da venda da Usina Tamoio para o Grupo Silva Gordo, em 1969, este grupo aperfeiçoa o processo, já iniciado pelos proprietários

anteriores, de implantação de um novo modelo administrativo organizacional, além da utilização de algumas máquinas agrícolas e do uso de técnicas de cultivo mais modernas.

Ainda refletindo sobre as informações oriundas dos Livros de Matrículas, no que se refere ao fluxo e refluxo de matrículas ao longo dos anos, relacionado ao contexto histórico e social em que viviam estes alunos, praticamente toda a década de 1970, foi marcada por ações trabalhistas, que culminaram em acordos com os empregados, na maioria das vezes somente vantajosos para os empregadores. As fontes indicam num curto período de 5 anos, de 70 a 75, o grupo escolar em questão, perdeu 101 alunos, ou seja, em apenas 5 anos a escola perdeu praticamente 60% do alunado que tinha no início da mesma década. O que se repete no próximo quinquênio. Em 1975 esta instituição tinha 70 alunos matriculados e ao chegar em 1980 possuía apenas 37 deles, ou seja no segundo quinquênio foi reduzida em 52% dos alunos que atendia. Percebemos então, que a quantidade decrescente de alunos está intimamente ligada, às ações postas em práticas pelo novo modelo organizacional e operacional adotado na Usina tamoio durante todos os anos 70. O enxugamento do corpo de empregados, provocou o acelerado esvaziamento do corpo discente do grupo escolar pesquisado durante esta década.

Ainda conforme os dados registrados no Quadro de Matrículas, essa instituição de ensino iniciou o ano de 1980 com 37 alunos, em 1985 possuía 17 alunos, em 1986 haviam 14 alunos e nos dois anos seguintes manteve o número de 11 alunos matriculados.

Se de um lado, em seus primórdios a escola apresentou um crescente aumento na quantidade de alunos matriculados, por outro, os anos 80 marcaram o seu esvaziamento e sinalizaram um caminho que levaria a sua desativação. No contexto político e social, os anos 80 se iniciaram com uma polarização muito grande entre o usineiro e os trabalhadores que ainda restavam morando na usina. Uma greve geral iniciada no fim de 1981 e terminada no início de 1982, serve para ilustrar o clima que pairava entre todos. Após um duro golpe nos trabalhadores, inclusive com demissões punitivas, conforme demonstra Caires (1993: p. 370) a greve foi encerrada, e o grande capital, como de costume, saiu vitorioso.

Após a greve, a usina voltou a funcionar por somente dois meses, de agosto a outubro de 1982, data em que foi paralisada por não apresentar condições financeiras de saldar suas dívidas trabalhistas e nem de continuar desempenhando suas funções produtivas. A Fazenda Bela Vista do Chibarro, onde está localizado nosso grupo escolar em foco, sofreu então processo de adjudicação e em 1987 a decisão saiu favorável aos trabalhadores. Com receio de que fossem

aplicadas as diretrizes do Estatuto da Terra, e que a fazenda fosse desapropriada e revertida para os trabalhadores, foi forçado um acordo trabalhista conciliatório entre trabalhadores e o Grupo Silva Gordo.

Os registros históricos usados neste trabalho, apontam que o Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti esteve em funcionamento até o ano de 1988. O fato dos livros de matrículas correspondentes aos dois últimos anos, apresentarem a nomenclatura de “Livro de Matrícula da 1ª e 2ª Escolas Mistas” causou certa inquietação de pesquisa, que após algum tempo foi respondida, pois nestes dois últimos anos a escola funcionou como um apêndice da Escola Estadual Carlos Batista Magalhães. As aulas eram ministradas no prédio do Grupo Escolar Pedro Morganti, no entanto, todo o aparelhamento técnico administrativo era feito pela escola citada, situada na cidade de Araraquara. Os 11 estudantes que permaneceram matriculados e freqüentando as aulas na Fazenda Bela Vista até o ano de 1988, eram filhos de ex-empregados da Usina Tamoio, em sua maioria, pessoas ligadas ao trabalho agrícola ou de serviços gerais, que no ano de 1989 foram incorporados ao projeto de Reforma Agrária e continuam morando no Assentamento Bela Vista até os dias de hoje.

Ao realizar esta análise das fontes documentais, foi imprescindível levar em consideração os conflitos existentes entre a relação de patrão/empregado, assim como pensar esta relação dentro de outro conflito maior, que é o existente entre modelos de desenvolvimento para a agricultura. Discorrer sobre o processo de transição de um sistema paternalista colonial para outro centrado em tecnologias modernas e aplicáveis ao campo, ofereceu elementos para entender o que nos apresentou o arquivo do Grupo Escolar Pedro Morganti.

Numa tentativa de mapear onde moravam os alunos desta escola primária rural construímos um quadro de endereços de 1942 a 1988:

2. Endereços dos Alunos Matriculados no G.E. “Comendador Pedro Morganti”(1942-1988)

ANO	ENDEREÇOS	ALUNOS
1942	Secção Bela Vista	151
	Secção Andes	23
	TOTAL	174
1945	Secção Bela Vista	193
	Secção Andes	60
	Secção Capim Fino	14
	Secção Embirussú	11

	Secção Olaria	02
	Secção Coloninha	01
	Secção Aparecida	01
	TOTAL	282
1950	Secção Bela Vista	135
	Secção Andes	32
	Secção Embirussú	15
	Secção Aparecida	02
	Secção Sant'ana	02
	Secção Conquista	01
	TOTAL	187
1955	Secção Bela Vista	174
	Secção Andes	41
	Secção Embirussú	06
	Secção Atibaia	06
	Secção Aparecida	02
	TOTAL	229
1961	Secção Bela Vista	217
	Secção Andes	60
	Secção Aparecida	02
	TOTAL	279
1965	Secção Bela Vista	162
	Secção Andes	69
	Secção Embirussú	08
	Secção Morro Azul	03
	Secção Atibaia	02
	TOTAL	244
1970	Secção Bela Vista	130
	Secção Andes	40
	Secção Santa Inês	01
	TOTAL	171
1975	Secção Bela Vista	68
	Secção Andes	02
	TOTAL	70
1980	Secção Bela Vista	37
1985	Secção Bela Vista	17
1986	Secção Bela Vista	14
1987	Secção Bela Vista	11
1988	Secção Bela Vista	11

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988

Este quadro nos revela a nomenclatura das demais seções de moradores existentes dentro das terras da Usina tamoio: Secção Bela Vista, Secção Andes, Secção Capim Fino, Secção Embirussú, Secção Olaria, Secção Coloninha, Secção Aparecida, Secção Santana, Secção

Conquista, Secção Atibaia, Secção Morro Azul. As Secções: Lucânia, Sta. Inês e São Carlos permaneceram englobadas na Secção Bela Vista, e as demais Secções que não aparecem nesta listagem: Secção Serra D'água, Secção Marilu, Secção Salto, Secção Sta. Beatriz, Secção Marisa, Secção Mantuana, Secção banhadinho, Secção Jacaré e Secção Sta. Elza, deviam não enviar alunos para esta instituição de ensino devido a grande distância entre as terras, conforme nos informa o mapa da Usina Tamoio.

Percebemos que desde a sua fundação a escola recebeu alunos oriundos de outras seções. Destas seções a que enviava a maior quantidade de alunos para esta escola primária era a Seção Andes, situada nas imediações da Seção Bela Vista, local onde pelo número reduzido de moradores, não havia uma instituição escolar primária, inclusive pudemos ver que a escola continuou recebendo os alunos oriundos desta Secção até metade da década de 1970. Também, verificamos que de 1945 a 1955, período de apogeu econômico dos Morganti, esta instituição de ensino chegou a receber alunos oriundos de 10 colônias de moradores diferentes. O que nos indica que esta escola contribuiu para a educação dos filhos dos trabalhadores não só da Fazenda Bela Vista, mas de várias seções existentes dentro dos domínios da família Morganti.

O que nos impressionou foi a imensidão de terras que pertenciam ao Grupo Morganti, uma análise sumária do mapa e da quantidade de seções, pôde demonstrar o tamanho deste conglomerado que compunha a Usina Tamoio e nos permitiu sentir a força econômica que este grupo impunha ao seu redor.

Outras informações que contribuíram para uma caracterização sociológica da comunidade em que pertencia o grupo escolar pesquisado, foram as fornecidas pelo quadro informativo da naturalidade dos pais dos alunos:

3. Nacionalidade dos Pais dos Alunos do G.E. “Comendador Pedro Morganti”(1942 – 1988)

ANO	BRASILEIRA	ITALIANA	ESPAÑHOLA	JAPONESA	ALEMÃ	PORTUGUESA	POLONESA	DESC.
1942	137	29	08	-	-			
1945	234	24	19	03	02	-		
1950	157	11	05	11	01	01	01	
1955	224	-	-	02	-	01	02	
1961	266	-	-	-	-	-	-	13
1965	241	-	03	-	-	-	-	
1970	171	-	-	-	-	-	-	
1975	36	-	-	-	-	-	-	
1980	37							
1985	17	-	-	-	-	-	-	
1986	14							
1987	11	-	-	-	-	-	-	
1988	11							

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988

Este quadro demonstra, pelas informações recolhidas nos livros de matrículas, que esta escola primária atendeu majoritariamente a filhos de cidadãos brasileiros. Embora tenha ocorrido a presença de pais imigrantes durante os anos de 1940 a 1950 que representaram durante esta década, um quarto da população escolar. A imigração italiana foi a que predominou, seguida da espanhola e japonesa. Com relação à imigração italiana e a imigração japonesa, é importante apontar que em nossa região existiam muitas fazendas de café no início do século, inclusive a própria Fazenda Bela Vista havia sido uma fazenda produtora de café. O que explicaria o contexto de predomínio de imigração destes povos, pois é fato o êxodo destas populações para o trabalho agrícola no Brasil, tendo em vista a necessidade de uma substituição emergencial para o trabalho escravo.

4. Profissão dos Pais dos Alunos do G.E “Comendador Pedro Morganti” (1942 – 1988)

ANO	PROFISSÕES	TOTAL
1942	Colono	139
	Oleiro	5
	Pedreiro	12
	Fiscal	7
	Carpinteiro	2
	Farmacêutico	3
	Ferroviário	1
	Chouffer	1
	Lixeiro	1
	Carroceiro	1
	Barbeiro	1
	Guarda – Livros	1
	Administrador	1
	Total	174
1945	Lavrador	226
	Pedreiro	13
	Ferroviário	6
	Oleiro	5
	Carroceiro	4
	Chouffer	5
	Lixeiro	4
	Carpinteiro	3
	Doméstica	3
	Fiscal da Água	2
	Retireiro	2
	Guarda – Livros	2
	Comerciante	2
	Jardineiro	2
	Guarda Noturno	1
	Maquinista	1
	Carreiro	1
Total	282	

1950	Camarada	86
	Lavrador	25
	Pedreiro	14
	Colono	13
	Hortelão	7
	Toneleiro	6
	Chouffer	6
	Carroceiro	4
	Ferroviário	3
	Tratorista	3
	Fiscal	3
	Feitor	3
	Carreiro	3
	Motorista	2
	Guarda	2
	Fazendeiro	1
	Maquinista	1
	Barbeiro	1
	Enfermeiro	1
	Administrador	1
	Encanador	1
	Sitiente	1
	Total	187
1955	Lavrador	171
	Ferroviário	13
	Motorista	8
	Pedreiro	7
	Carroceiro	6
	Tratorista	5
	Fiscal	5
	Sapateiro	3
	Hortelão	2
	Administrador	2
	Feitor	1
	Escriturário	1
	Servente	1
	Cocheiro	1
	Enfermeiro	1
	Doméstica	1
	Gerente de Armagem	1
	Total	229
1961	Lavrador	225
	Motorista	19
	Operário	14
	Chefe de setor	4
	Guarda	3
	Ferroviário	3
	Escriturário	2
	Servente	2
	Topógrafo	2
	Professor	1
	Tratorista	1
	Gerente de Armagem	1
	Tornador	1

	Doméstica	1
	Total	279
1965	Lavrador	177
	Motorista	26
	Operário	20
	Servente	5
	Guarda	3
	Tratorista	3
	Gerente de Setor	3
	Ferroviário	2
	Professor	2
	Doméstica	1
	Escriturário	1
	Comerciante	1
	Total	244
1970	Lavrador	142
	Operário	10
	Motorista	6
	Mecânico	3
	Tratorista	4
	Doméstica	2
	Servente	2
	Func. Público	1
	Ferroviário	1
	Guarda	1
	Administrador	1
	Escriturário	1
	Pedreiro	1
	Soldador	1
	Total	171
1975	Lavrador	56
	Operário	4
	Enfermeiro	2
	Motorista	2
	Guarda	2
	Tratorista	1
	Comerciante	1
	Sitiente	1
	Mecânico	1
	Total	70
1980	Lavrador	21
	Tratorista	7
	Motorista	4
	Doméstica	2
	Operário	1
	Mecânico	1
	Guarda	1
	Total	37
1985	Lavrador	7
	Aposentado	6
	Motorista	2
	Tratorista	2
	Total	17
1986	Lavrador	6

	Desempregado	4
	Aposentado	2
	Motorista	1
	Tratorista	1
	Total	14
1987	Lavrador	9
	Motorista	1
	Tratorista	1
	Total	11
1988	Lavrador	9
	Motorista	1
	Tratorista	1
	Total	11

Fonte: Livros de Matrícula do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1942 a 1988

Sobre a profissão dos pais, pudemos verificar que no Grupo Escolar Pedro Morganti, os filhos dos lavradores sempre foram a maioria dos alunos matriculados. Em todo o período demarcado, a quantidade de matrículas dos filhos cujos pais se declararam lavradores foi superior a dos que se declararam desempenhando outras profissões. Observamos que a nomenclatura referente ao trabalhador da terra foi se alterando no decorrer da amostragem. Em 1942 o número de pais de alunos cuja profissão era registrada como colonos era de 139 pessoas, já 3 anos depois, os registros apontaram 226 lavradores, então registrados no livro de matrícula com esta denominação. Houve a mudança de nomenclatura, assim como o aumento significativo no número de trabalhadores ligados diretamente ao trabalho manual agrícola. Em 1950 aparecem além de 25 lavradores, mais 86 pessoas registradas nos livros de matrículas com a terminologia de “camaradas”, totalizando 111 pessoas apontadas como ligadas ao trabalho agrícola. Cinco anos depois, os dados apontam o início de um novo crescimento na matrícula de filhos de agricultores: Em 1955: 171 matrículas; em 1961: 225 matrículas. Percebemos que o período que compreendeu o apogeu da produção açucareira da Usina Tamoio, também foi o período em que mais o apelo pela escolarização esteve presente entre os filhos dos trabalhadores rurais.

Estes dados podem contribuir para uma maior compreensão da cultura local. O colono como aparece nos primeiros registros, era um trabalhador que possuía muito mais raízes com a terra e com o local, o fato de ter sido substituído pelo lavrador e depois pelo camarada, já nos ofereceu um possível sinal de que estava em curso uma mudança na estrutura de trabalho dentro daquele espaço da usina. O colono possuía muito mais ligação com a terra, morava nela e criava raízes, entregava seu filho para ser batizado pelo usineiro, enfim sua relação de trabalho era perpassada por valores e obrigações morais para com seu empregador, que além de lhe oferecer trabalho

também lhe oferecia casa e segurança. Sua substituição aponta para um processo de modernização imposto ao campo. Um afrouxamento das relações de trabalho, visto que o camarada era um trabalhador rural com um caráter mais itinerante, um prestador de serviços.

O crescimento no número de matrículas dos filhos de trabalhadores agrícolas, justifica o sentido da existência e a função social deste grupo escolar. No ano de 1970 apareceu nos registros a matrícula de 142 crianças filhas de lavradores, e em seguida este número caiu para apenas 56 em 1975. Estes cinco anos marcaram o início do processo de modernização imposto pelos novos proprietários da Usina Tamoio, processo de mecanizar a agricultura, substituindo o homem pela máquina, e num sentido mais abstrato, um processo de mudança da própria sociedade brasileira, que tentava sair do atraso, que era reflexo do nosso antigo sistema colonial, e adentrar no mundo moderno, no novo modelo de alta competitividade econômica e um novo delineamento social. Era necessário desconstruir todo o emaranhado de relações sociais de cunho paternalista e colonial e introduzir as novas idéias, que eram atreladas ao novo modelo de desenvolvimento que se queria para a sociedade brasileira.

Houve diminuição no número total de matrículas a partir do fim da década de 60 e início da década de 70, o que comprova que os cortes de empregados se deram de uma maneira geral, no entanto, como representavam a maioria das matrículas, o corte no número de lavradores foi o que mais se fez sentir, afinal, seus filhos representavam quase a totalidade dos alunos desta escola primária rural. De um total de 21 lavradores com filhos nesta instituição em 1980, somente 9 permaneceram na fazenda, depois da tramitação da greve e dos acordos firmados, sendo incorporados em 1989 ao Projeto de Reforma Agrária do Governo Federal.

Os anos referentes a década de 1980 foram de grandes conflitos entre empregadores e empregados da Usina Tamoio, década que terminou com parte das terras da usina, as referentes a Fazenda Bela Vista, sendo desapropriadas pelo Governo federal, após inúmeras batalhas judiciais, ações trabalhistas, pedido de falência. O que explica o esvaziamento sofrido pela instituição de ensino, iniciado na década de 70 e levado a cabo nos anos 80.

Pudemos inferir através dos registros, que durante este processo gradual de esvaziamento, esta instituição de ensino foi denominada por Grupo Escolar Pedro Morganti até o ano de 1974. No ano seguinte passou a ser apontada nos registros escolares como Escola Mista da Seção Bela Vista em Tamoio. Em 1975, fazia apenas 5 anos que a Usina Tamoio havia sido vendida ao Grupo Silva Gordo, no entanto, dado o reduzido número de alunos e a diminuição de sua

importância social dentro do novo contexto econômico, o Grupo Escolar Pedro Morganti, assumiu uma nova configuração, com turmas unificadas, sendo uma escola mista. Passou então a ser identificada não pelo nome daquele que a fundou, mais sim pelo nome do espaço geográfico onde estava localizada.

Pensando que a experiência dos sujeitos envolvidos na história deste grupo escolar contribuiu para a formação de sua cultura escolar, foi necessário também que fizéssemos uma apresentação dos diretores que atuaram nesta instituição de ensino. Esta caracterização serve para colocar em relevo os importantes atores que conduziram este palco educacional. Apresenta-los pareceu-nos uma importante contribuição aos registros históricos. Para tanto foi necessário que nos debruássemos sobre os Livros do Ponto Pessoal que, por se apresentarem dando conta de praticamente todo o período de estudo desta pesquisa, puderam nos oferecer dados que permitiram uma identificação mais completa.

5. Relação Nominal dos Diretores(as) do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti de 1942 a 1975

NOME	FUNÇÃO/CARGO	PERÍODO	PERMANÊNCIA
Amêndola Silva	Diretora Interina	04/1942 a 05/1942	02 meses
Paulo Ferrari Massaro	Diretor Efetivo	06/1942 a 04/1943	10 meses
Iracema Gonçalves Gazi	Diretora Efetiva	05/1943 a 06/1944	13 meses
Heledina de Oliveira	Diretora Interina	07/1944	01 mês
Eros Benfatti	Diretora Estagiária	08/1944 a 12/1946	28 meses
Zoe Tavares	Diretora Substituta	01/1947 a 08/1947	08 meses
João Loureiro Miranda	Diretor Efetivo	09/1947 a 10/1947	02 meses
Zoe Tavares	Diretora Substituta	11/1947 a 02/1948	04 meses
Maria Cruz	Diretora Substituta	03/1948 a 06/1948	04 meses
Geraldo Schettini Sobrinho	Diretor Interino	07/1948 a 09/1948	03 meses
José Armando Furlani	Diretor Efetivo	10/1948 a 12/1949	14 meses
Missiota Reis Pitta	Diretora Substituta	03/1950 a 07/1950	05 meses
Geraldo Schettini Sobrinho	Diretor Interino	08/1950 a 10/1950	03 meses
Dalmo Homem de Melo	Diretor Efetivo	11/1950 a 08/1954	45 meses
Lúcio Ferraz de Arruda	Diretor Interino	09/1954 a 09/1956	24 meses
Amadeu Cosentino	Diretor Efetivo	10/1956 a 03/1960	41 meses
João Levy Junior	Diretor Interino	04/1960 a 07/1961	15 meses
Jayne de Arruda Dias	Diretor Interino	08/1961 a 09/1961	02 meses
Dimas de Maio Freitas	Diretor Efetivo	10/1961 a 04/1965	42 meses
Adair Garcia Freitas	Diretora Substituta	05/1965 a 02/1966	10 meses
Dinah Aparecida Bechara	Diretora Substituta	03/1966 a 12/1966	09 meses
Marisa Teresa Garrido	Diretora Substituta	03/1967 a 07/1967	04 meses
Antonio Ruy Cardoso	Diretor Efetivo	08/1967 a 05/1969	21 meses
Neusa Ap. Ferreira Silva	Diretora Interina	06/1969 a 02/1970	08 meses
Lúcia Rached	Diretora Substituta	03/1970 a 02/1974	47 meses
Aracy Dias Mendes	Diretora Substituta	03/1974 a 02/1975	11 meses

Fonte: Livros Ponto do Arquivo da EMEF Prof. Hermínio Pagôto, antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

Durante a década de 1940 os registros do Livro Ponto informam que 13 profissionais do magistério exerceram a direção desta instituição de ensino. Vimos que houve uma grande rotatividade de permanência no cargo sendo que vários destes profissionais ocuparam a função em caráter efetivo permanecendo pouco tempo nele. O que nos parece interessante apresentar é que a diretora Eros Benfatti que ocupava o cargo de diretora estagiária foi a que mais tempo permaneceu naquela década exercendo a função de diretora durante um período de 28 meses. Os demais exerceram a função por um período inferior ou um pouco maior do que um ano.

A década de 1950 apresentou uma considerável estabilidade no que concerne ao tempo de permanência de pessoas no cargo da direção da escola. Logo no início desta década, o sr. Dalmo Homem de Melo permaneceu como diretor por um período de 45 meses, o que corresponde a um período de aproximadamente quatro anos sem deixar o cargo. Em seguida, vimos que o sr. Lúcio Ferraz de Arruda assumiu tal vaga e nela ficou por um período de dois anos, sendo sucedido pelo sr. Amadeu Cosentino que encerrou a década de 1950 ficando 41 meses no cargo. Percebemos então, que a década de 1950 apresentou uma maior estabilidade na ocupação da direção do grupo escolar com relação a década anterior tendo somente três diretores diferentes neste período.

Os anos correspondentes a década de 1960 voltam a ter um fracionamento na ocupação do cargo de diretor de escola neste grupo escolar. Enxergamos que somente o sr. Dimas de Maio Freitas se manteve por um período relativamente extenso ocupando a direção da escola 42 meses, ou seja, por três anos e meio, sendo seguido pelo sr. Antonio Ruy Cardoso que no cargo permaneceu por pouco menos de dois anos. Os demais ocupantes desta função durante esta década não permaneceram nela por mais de um ano consecutivo.

Embora tenhamos somente os registros referentes a metade da dos anos da década de 1970, conferimos que neste período de tempo a sra. Lúcia Rached ocupou o cargo de diretora do grupo escolar por praticamente quatro anos, o que vem demonstrar uma certa estabilidade no preenchimento da vaga neste período.

O que tentamos demonstrar com esses dados foi o fato de que as permanências e as rupturas podem contribuir para uma efetiva visualização do que aqui denominamos de caracterização deste grupo escolar. Intuímos que as mudanças no corpo diretivo da escola afetaram ao longo da história diretamente sua dinâmica de funcionamento, visto que o afinamento das relações interpessoais entre diretor e professores, por exemplo, levavam um tempo para serem construídas e fortalecidas. Assim, quando havia a substituição da parte diretiva

provavelmente todos tinham que se readaptar aos novos hábitos da nova pessoa que passava a ocupar tal função, o que pode significar que tais mudanças na equipe escolar prejudicaram o seu funcionamento ao longo dos anos. Como foram poucos aqueles que permaneceram na direção da instituição por um longo período de tempo, foram muitos os que por ali passaram permanecendo um período curto na função, não podendo desta forma contribuir de forma sistematizada para a efetivação de algum projeto educativo, seja os de cunho ruralista, ou mesmo os de cunho estritamente pedagógico.

O diálogo com os Livros de matrículas e com os Livros do Ponto foi importante para a realização da tarefa de construir a caracterização do grupo escolar estudado, no entanto, esses documentos não deram conta de apresentar indícios sobre a dinâmica pedagógica da instituição. Para tal, nos debruçaremos a seguir sobre as Atas das Reuniões Pedagógicas, no intuito de mergulhar de uma maneira mais profunda no cotidiano pedagógico desta instituição de ensino primário.

III

Vestígios da Cultura Escolar na mesa de reuniões pedagógicas

Os livros de atas das reuniões pedagógicas foram documentos importantes que nos forneceram indícios significativos da cultura escolar do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti. Foram analisados os quatro volumes encontrados no acervo da instituição, que deram conta de um período de 1950 à 1971. No último volume desta coleção, no entanto, há o registro de uma reunião pedagógica realizada no ano de 1975. Fica aparente que este período não corresponde ao período completo de estudo proposto pela pesquisa, todavia, os registros dessas atas permitiram apreender aspectos significativos da cultura escolar desta instituição de ensino primário.

As Atas das Reuniões Pedagógicas de 1950 a 1971 indicam um total de 159 reuniões pedagógicas ocorridas nesse período, conforme demonstra o quadro abaixo:

6. Ocorrências de Reuniões Pedagógicas do G.E. “Comendador Pedro Morganti 1950/ 1975

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1950			X	X	X	X		X			X	
1951		X	X	X	X	X			X	X	X	
1952		X	X	X	X	X			X	X		
1953				X	X	X						
1954					X	X		X	X	X	X	
1955			X	X	X	X		X	X	X	X	
1956		X	X		X	X				X	X	
1957			X	X	X	X		X	X	X	X	
1958		X	X	X	X			X	X	X		
1959			X	X	X	X			X	X	X	
1960			X	X	X	X		X	X	X	X	
1961			X	X	X	X		X	X	X	X	
1962		X	X	X	X	X		X	X	X	X	
1963			X	X	X			X	X	X	X	
1964			X	X	X	X		X	X	X	X	
1965			X	X	X	X		X	X	X	X	
1966			X	X	X	X		X	X	X		
1967			X	X	X	X		X	X	X	X	
1968		X	X	X	X	X			X			
1969			X			X		X				
1970		X	X	X	X				X			
1971			X	X	X	X		X	X	X	X	
1975		X										

Fonte: Livros de Atas das Reuniões Pedagógicas do G.E. “Comendador Pedro Morganti” (1950 – 1975)

Não podemos afirmar entretanto, que os 4 volumes encontrados de Livros de Atas de Reuniões Pedagógicas correspondem ao histórico completo das reuniões pedagógicas desta instituição de ensino primário, visto que há uma lacuna nas informações das fontes documentais encontradas. No entanto, o período que corresponde às reuniões pedagógicas registradas nas atas encontradas, possibilitaram uma reflexão em torno de duas décadas em que aconteceram importantes mudanças no cenário rural brasileiro.

Pareceu-nos importante apresentar algumas informações sobre alguns aspectos gerais das atas de reuniões pedagógicas. Elas estão registradas em quatro livros próprios, identificados para este fim em suas capas. Todas as reuniões foram escrituradas seguindo uma ordem em que primeiramente eram tratadas questões administrativas e em seguida tratadas questões técnicas, ou de orientações pedagógicas propriamente ditas.

A primeira parte das reuniões, de cunho administrativo, era composta pela leitura e pela aprovação da ata da reunião anterior, seguida da leitura de informes dos mais variados possíveis: circulares, comunicados, portarias de dispensa, de remoção, afastamento, licenças, abonos, atestados e etc. Havia nessa primeira parte o registro das recomendações, que eram bastante objetivas para o funcionamento da unidade escolar. A segunda parte das reuniões pedagógicas era de caráter mais técnico e visavam oferecer apoio pedagógico ao corpo docente. Eram aulas ministradas pelo diretor, pelo inspetor de ensino ou pelos professores previamente escolhidos sobre os mais variados temas, todavia, todos os temas estavam ligados aos conteúdos a serem ministrados ou aos métodos de ensino a serem apreendidos e executados. Estes momentos pré-planejados, consistiam em leituras de textos ou trabalhos científicos, cujos objetivos eram contribuir para uma melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

As recomendações tinham um caráter disciplinador e prescritivo do que deveria ser cumprido pelo corpo docente e discente. Discorriam sobre a necessidade de disciplinar o comportamento escolar do alunado, assim como disciplinar e normatizar a rotina docente.

Selecionamos para análise neste texto alguns aspectos da cultura escolar, apreendidos pelos indícios provenientes da leitura das atas de reuniões pedagógicas: normatização do trabalho docente, disciplina dos alunos, campanhas e comemorações, e práticas de educação rural.

3.1 Normatização do Trabalho Docente

A partir da leitura das atas de reuniões pedagógicas, pudemos perceber como as recomendações direcionadas ao corpo docente da instituição, se apresentavam como imbuídas de um caráter disciplinador e prescritivo da postura que era exigida de um professor, e também como possuíam um interesse explícito em padronizar e normatizar a rotina docente. Essas instruções direcionadas pesavam em guiar as posturas que deveriam ter em sala de aula, assim como em exigir a normatização burocrática da prática, através do correto preenchimento dos registros: diários, semanários, livros de exames, resumos mensais, boletins escolares, entre outros.

Os indícios fornecidos pelas fontes documentais referentes às práticas educativas, às posturas exigidas, às normas estipuladas não dão conta de informar sobre sua completa efetivação na realidade, no entanto, servem como indicativos das práticas que eram esperadas dentro daquele ambiente escolar. Pelas reiterações presentes nos registros, pudemos perceber as continuidades e descontinuidades presentes na mesa de reuniões. Os elogios e as cobranças direcionadas ao corpo docente durante os anos apontaram como as práticas exigidas foram satisfatoriamente cumpridas ou não. As experiências cotidianas dos profissionais dessa instituição, ao se tornarem práticas duradouras, que permaneceram ao longo de um tempo, passaram à ser constituintes da cultura escolar.

A leitura das atas mostrou que os anos da década de 1950 e 1960 foram marcados por uma necessidade de padronizar e qualificar a prática professoral, de direcionar a ação docente para um melhor aproveitamento do processo de ensino e aprendizagem. Estão presentes nos registros desse período, diversas indicações de como se ministrar uma aula, de como se portar dentro do espaço escolar, de como se relacionar com o corpo discente. Sobre isso, apresentaremos o que está apontado na primeira reunião pedagógica da qual temos registro:

A diretora falou-nos primeiramente sobre assuntos referentes ao ensino, transmitindo-nos ordens para o bom andamento do estabelecimento. Pediu-nos o máximo de asseio, ordens e uniformidade nos livros de chamada e diários. Avisou que os diários serão vistados todas as terças-feiras. Cada adjunto terá o seu horário, de maneira que , após um estudo forte e direto de uma matéria como linguagem, aritmética e leitura necessário se faz a recreação com uma disciplina interessante como jogos, canto, desenho. As questões para as provas mensais serão tiradas dos ensinamentos dados durante a semana, registrados nos diários. Os resumos mensais devem ser acompanhados de rascunhos das

contas tiradas as provas. Destacando em vermelho a Porcentagem de Frequência e a Porcentagem Diária [...]⁵

Todos os cadernos devem ser uniformes e os quadros para ilustração no caderno de linguagem devem obedecer as medidas estabelecidas. Os professores deverão encapar e ornamentar as pastas de provas dos alunos.⁶

Os professores não devem fazer escrituração de diários e muito menos corrigir cadernos de casa durante a aula, para não atrapalhar o andamento da classe.⁷

Os professores deverão dar aula em voz baixa.⁸

Pareceu-nos nítida a intenção da normatização e padronização do trabalho docente, a necessidade de construção de uma marcação espaço temporal a ser desempenhada pelo professor, como podemos verificar nos seguintes registros:

Deverá ser colocado sobre a mesa das salas de aula um horário (relógio) que será acertado pelo diretor.⁹

O diretor pede que os professores cumpram a determinação de que os relógios sejam colocados e permaneçam sobre as mesas no horário de aula.¹⁰

O professor deve cumprir o tempo de aula, respeitando os horário sobre sua mesa.¹¹

O senhor diretor falou-nos sobre o fato de que os horários devem ser cumpridos pelo professor. Ele deve ter seu relógio e fazer com que os alunos percebam que para cada coisa há uma hora certa.¹²

São recomendações que nos permitiram refletir sobre a relação dessa instituição de ensino com o meio em que estava inserida. Os exemplos extraídos das atas demonstram como essa escola trazia em seu seio a performance da modernidade, do mundo industrializado, movido pela

⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Março de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Maio de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de Junho de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 24 de Fevereiro de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁹ Idem.

¹⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Abril de 1951. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 24 de Fevereiro de 1952. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 28 de Junho de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

necessidade de se otimizar o tempo para obter melhor êxito. Pareceu-nos que havia a necessidade de enquadrar os alunos e os professores num tempo racionalizado, medido e previamente estipulado.

O senhor diretor falou que o professor deverá ser hábil na sua exposição verbal no início da aula, usando para isso 10 a 15 minutos, ficando o tempo restante para a verificação, por exemplo, solicitando exemplos do aluno sobre a matéria.¹³

O sr. Amadeu, diretor deste estabelecimento, orientou que os professores tenham seu horário sobre a mesa e o sigam rigorosamente.¹⁴

O horário estabelecido pela D.R.E. deve ser observado com rigor e conservado sobre a mesa do professor.¹⁵

As prescrições durante a década deram conta de demonstrar como os professores foram direcionados para um melhor aproveitamento do tempo escolar, assim como tiveram que se adaptar a um modo de transmitir um saber fragmentado, separado em disciplinas que deveriam ser ministradas cada uma no seu devido tempo e espaço.

Um outro aspecto ainda referente a normatização do trabalho docente, é o que está relacionado aos conteúdos que deviam ser ensinados e organizados pelo professor. Durante a década de 1950 um recurso pedagógico comumente difundido nesta instituição foi a caixa de rendimento que mesmo mudando de nomenclatura, foi um indicativo presente por toda essa década. Na reunião pedagógica em que a caixa de rendimento é citada pela primeira vez, temos o seguinte registro no qual o Diretor sr. Dalmo Homem de Melo Braga designa que:

Todos os professores deverão possuir um caderno onde serão anotadas semanalmente as matérias dadas, em forma de perguntas, no mínimo seis para cada ponto e também deverá mensalmente haver seis problemas padrões. Nos últimos quinze minutos de aula, todos os dias, , os professores deverão argüir os alunos sobre as perguntas registradas nesse caderno. As matérias para as provas mensais serão retiradas da caixa de rendimento pelo diretor. Este caderno é obrigatório e será verificado semanalmente com o semanário todas as segundas-feiras.¹⁶

¹³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 23 de Fevereiro de 1956. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 22 de Março de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 21 de Agosto de 1958. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 08 de Março de 1952. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

No ano seguinte, aparece com outra nomenclatura no registro da ata de reunião pedagógica presidida pelo mesmo diretor:

Os cadernos caixa deverão ser organizados este ano com maior número de perguntas para se obter melhores resultados.¹⁷

No ano seguinte, ao se prepararem para os exames de final de ano, o então diretor: Lúcio Ferraz de Arruda faz o seguinte pedido:

A seguir, o senhor diretor pediu aos senhores professores que apresentassem nesta diretoria em data de dezessete do corrente mês, um plano de exames finais, de acordo com as instruções do Diário Oficial, ou do caderno “Caixa de rendimento”, afim de que possa, com esse material, tirar as questões do exame final.¹⁸

Para exemplificarmos que durante a década de 1950 a caixa de rendimento foi um recurso norteador da prática dos professores desta instituição de ensino, arrolaremos abaixo alguns registros que demonstram como em todos os anos desta década este recurso foi mencionado:

Também ficou instituído o Caixa de rendimento onde serão registradas as perguntas da matéria dada e dois problemas padrões.¹⁹

Foi solicitado aos senhores professores a organização do caderno rendimento onde seriam registrados os problemas padrões e os pontos estudados.²⁰

Prosseguindo o senhor diretor solicitou a organização do “Caderno Caixa de rendimento”; explicou como se organiza e determinou que o mesmo deverá ser sempre entregue no 3º dia útil de cada mês.²¹

Continuando o senhor diretor pediu aos senhores professores que organizassem o “Caderno de Rendimento” no qual seriam colocados a parte, das diversas matérias, que foram dadas e julgadas sabidas pelos alunos. A finalidade deste caderno, seria facilitar a recapitulação e também a organização das provas mensais.²²

¹⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Abril de 1953. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 08 de Novembro de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

¹⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 17 de Março de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

²⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 23 de Fevereiro de 1956. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

²¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Abril de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

²² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 07 de Março de 1958. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

É no ano de 1960 que é mencionada pela última vez nas atas de reuniões pedagógicas o caderno caixa de rendimento:

Faremos um caderno de rendimento, ou seja, uma síntese do nosso trabalho mensal realizado.²³

É perceptível que a caixa de rendimento foi um importante recurso pedagógico utilizado pelos professores em suas práticas docentes durante a década de 1950 e foram aspectos significativos da cultura escolar nesse período. O fato foi que nas décadas seguintes não houve nos registros mais indícios que nos possibilitaram visualizar o uso desse recurso pedagógico em sala de aula, o que não significa necessariamente que seu uso tenha sido abolido em definitivo. Outros subsídios também foram oferecidos para as práticas docentes a partir do final da década de 1950 e por praticamente toda a década seguinte, desde simples técnicas para desenvolver atividades específicas, até diferentes metodologias de ensino. Os seguintes registros retirados das atas de reuniões pedagógicas dão conta de demonstrar alguns aspectos das diferentes metodologias que em alguns momentos foram sugeridas e em outros momentos impostas ao corpo docente da instituição no período observado:

O diretor falou que as tabuadas devem ser dadas pelo Triângulo de Condorcet, medida esta que facilita a aprendizagem.²⁴

Na seguinte escrituração, o sr, diretor interino Lúcio Ferraz de Arruda, presidente da reunião naquela ocasião, oferece-nos um excelente exemplo de que, da mesma maneira que se propunham novas metodologias, também se refutavam as consideradas ultrapassadas ou fora de uso:

[...] O senhor presidente comunicou também que o Método Sodré para alfabetização achava-se condenado, fazendo farta explanação sobre essa técnica, traçando na lousa exemplos de Método Sintético-analítico o qual poderia ser empregado a título de experiência.²⁵

Passados cinco anos dessa orientação dada em caráter experimental, percebemos que a influência deste método analítico-sintético já se fazia presente de uma maneira significativa nas

²³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 29 de Abril de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

²⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 29 de Maio de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

²⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 23 de Fevereiro de 1956. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

práticas de ensino exercidas da referida instituição de ensino, pois no ano de 1961 numa das reuniões em que se debatia o ensino da leitura, a professora Débora Aversari, expôs para o restante do grupo a eficácia de se usar tal método de ensino:

[...] Continuando D. Débora apresentou como método de melhores resultados, o analítico-sintético, decorrente lógica da percepção sincrética da criança.²⁶

No entanto, há indicações fornecendo indícios de que eram simultaneamente apontadas diferentes metodologias condutoras do processo de ensino e de aprendizagem.

O senhor diretor discorreu sobre diversos métodos de ensino que são pautados na Pedagogia Moderna. Falou-nos que para melhor ser entendido os pontos devem ser dados parte por parte e só continuar a explicação do ponto depois de bem compreendida a parte dada. Para isso, o senhor diretor fez uma demonstração, dando-nos uma aula de história, sobre o primeiro ponto “Descobrimiento do Brasil” e mostrando assim o Método Comentado.²⁷

O diretor pediu aos professores que se aperfeiçoassem nas novas metodologias de ensino para que suas aulas possam ter maior eficácia.²⁸

Uma das professoras depôs que se sente muito a vontade para utilizar vários métodos pedagógicos para ensinar, disse que como conhece vários sempre usa aquele que cabe naquele momento para aquele assunto.²⁹

Foi solicitado aos professores que se pautem na Pedagogia Moderna para guiar suas ações, pois não é mais permitido o uso de pedagogias arcaicas e sem sentido que só desestimulam os alunos a aprender. Pede também que todos se esforcem em buscar e se aprofundar nos novos métodos de ensino para usa-los nesta escola.³⁰

As prescrições serviram para nos demonstrar o quanto o “fazer docente” foi orientado pelas metodologias provenientes da pedagogia moderna. Em todos os momentos apareceram indícios que sinalizaram sobre a prática que era desejada pelas prescrições jurídicas institucionais. Essas orientações pedagógicas acompanhadas de uma marcação espaço temporal bastante delimitada, permitiram-nos a observação do quanto foi tentado construir um *corpus* que orientasse e moldasse o sentido do que era praticado pelos professores dentro do espaço escolar.

²⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de Junho de 1961. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Junho de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 20 de Junho de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

²⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 20 de Março de 1964. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Abril de 1966. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Havia uma prescrição que demonstrou de maneira exemplar seu caráter subjetivamente direcionador; era uma recomendação que muito mais do que querer direcionar a prática do professor, queria direcionar sua visão para com o aluno atendido pelo grupo escolar. Essa preleção traz em seu bojo, fundamentalmente, o que era esperado que se pensasse sobre o aluno do meio rural. A fala do Inspetor de Ensino Mario Robertson de Lylos sinaliza como a escola moderna naquele momento, estava determinada a colocar cada coisa no seu devido lugar.

[...] Frizou mais, que os senhores professores deverão insistir no aprendizado em que as crianças terão que atuar na vida prática – aritmética, linguagem oral e escrita e leitura, deixando as outras em segundo plano. Mencionou que nos grupos escolares rurais o aluno deve ser preparado para exercer na vida as atividades manuais e agrícolas.(...) Pediu que os professores se esforcem mais em ensinamentos direcionados ao meio agrícola.³¹

As experiências de ensino vivenciadas por esses professores, foram sem dúvida motivadas e guiadas pelas orientações oriundas dos órgãos institucionais hierarquicamente responsáveis e foram experiências que, sem dúvida, contribuiram para a construção da escola republicana moderna. Essas experiências professorais ao se tornarem práticas consistentes no tempo, passaram a compor a cultura escolar da referida instituição.

Os registros deixaram perceber o quanto foi exigido durante o tempo, que esse grupo escolar, além de transmitir conhecimentos curriculares, transmitisse ensinamentos diferenciados destinados ao aluno do meio rural. O fato de ser um grupo escolar rural fez com que sempre existissem em torno de si, particularidades como por exemplo, as aulas práticas e teóricas sobre conhecimentos agrícolas, e também instalações diferentes das encontradas nos grupos escolares urbanos, como horta, pomar, granja e clube agrícola.

Pudemos então referir que, além da necessidade de influenciar, padronizar e normatizar as experiências de ensino dos professores dessa instituição, os direcionamentos prescritos foram instrumentos importantes na construção e na manutenção da prática dos ensinamentos agrícolas. Um olhar sobre a continuidade dessas práticas ao longo dos anos, permite-nos mencioná-las como componentes significativos da cultura escolar dessa instituição de ensino.

³¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Agosto de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Disciplina dos alunos

No que se refere aos direcionamentos encontrados nas atas de reuniões pedagógicas referentes ao disciplinamento do corpo discente, pudemos perceber que historicamente sempre houveram prescrições referentes ao que era exigido do comportamento dos alunos. As ações neste sentido, eram direcionadas à modelagem do comportamento que era esperado dos alunos dentro do ambiente escolar e procuravam enquadrá-los num padrão geral de comportamento mais condizente com a sociedade moderna e industrializada que se tentava forjar no Brasil desde o início do século XX.

Com relação às posturas exigidas dos alunos no espaço escolar, os registros permitiram observar que foi muito exigido dos profissionais que atuaram na instituição ao longo dos anos, que assegurassem a manutenção da ordem interna. O modelo disciplinar de comportamento esperado e exigido dos alunos era o de respeito aos superiores, cumprimento dos horários e códigos escolares estabelecidos e manutenção da ordem e do asseio dentro do espaço escolar.

Como aparecem nas atas as diversas recomendações referentes à posturas exigidas do corpo discente, optamos por apresentar a seguir, as prescrições que se mantiveram presentes por todo o período analisado, ou seja, registramos as recomendações que se tornaram contínuas ao longo do tempo. Não foi uma intenção que desconsiderou as mudanças e rupturas presentes no desenvolvimento histórico da instituição escolar pesquisada, ela está debruçada sobre as continuidades porque quer demonstrar aspectos, que emergiram da experiência dos sujeitos escolares e passaram a representar aspectos importantes da cultura escolar desse grupo escolar rural.

Não pretendemos assim, construir a história das continuidades e regularidades institucionais, mas contribuir com o debate historiográfico, apontando que concomitante aos discursos disciplinares que predominaram ao longo da história desta instituição, temos que levar em consideração, o movimento inverso, ou seja, o daquele que resistiu aos apelos e exigências. Devemos pensar no conflito de interesses entre a intenção de inserir os alunos numa sociedade mais higiênica, organizada, planejada, enfim, mais ritimizada e moderna e suas reais experiências de vida no meio rural.

A leitura das atas permitiu-nos verificar que foram contínuas as recomendações para que os professores insistissem nas Campanhas de Higiene em sala de aula, assim como, para que

insistissem que cada aluno fizesse o uso de canecas individuais e lenços. Os registros abaixo são somente para ilustrar como se davam essas recomendações aos professores e não contém a totalidade dos apontamentos, para esse texto, selecionamos somente uma indicação referente a cada ano.

A sra. Diretora pediu às senhoras professoras que não deixassem as crianças jogarem papéis no chão, nem apontar lápis em classe e fazerem o possível para não pisarem em tocos de giz. Pediu também que os professores realizassem revistas nos alunos para verificar o asseio dos mesmos.³²

Os professores deverão fazer campanhas verbais para que os alunos sejam assíduos às aulas e consigam dos mesmos que venham às aulas calçados.³³

O sr. Diretor pediu aos professores que intensificassem a campanha da caneca e do calçado.³⁴

Os senhores professores deverão insistir com as crianças para que tomem água filtrada, mostrando-lhes o valor desta para a saúde do corpo.³⁵

Falou-se da Campanha para melhorar o nível de vida dos alunos com referência a higiene. Para isso foi distribuído a cada professor um folheto o qual diz respeito a um compromisso que os alunos deveriam ter perante a escola.³⁶

Cada professor recebeu um folheto de assunto relativo ao Banho Geral Diário, com o objetivo de fazer a devida campanha de higiene.³⁷

Em seguida, o sr. Presidente discorreu sobre a Campanha de Asseio, solicitando aos professores que insistissem junto aos alunos na limpeza da cabeça, mão, dentes, vestiário e canecas. Durante a semana, de 7 a 12, seria feita uma verificação disso, em todo o estabelecimento, separando os alunos possuidores de piolhos, passando detefon nos mesmos, fazendo-os sentir que a campanha é de fato necessária.³⁸

³² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Agosto de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 24 de fevereiro de 1951. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Outubro de 1952. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Junho de 1953. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 30 de Maio de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 21 de Agosto de 1958. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

³⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 02 de Setembro de 1959. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

O diretor lembrou-nos da necessidade de falar e insistir com as crianças sobre o banho diário.³⁹

Durante quase toda a década de 1960 os apontamentos continuaram indicando a necessidade de se intensificar as campanhas de limpeza, inclusive com realização de revistas nos corpos dos alunos a fim de verificar se as campanhas estavam realmente obtendo êxito:

Continuando, o sr. diretor, disse que com relação a higiene corporal, os professores deverão fazer revistas quando possível. Para que os professores fizessem também a campanha da caneca individual.⁴⁰

Prosseguindo, o sr. Diretor referindo-se a higiene do educando, recomendou-nos a efetivação da campanha do uso do lenço e na insistência do uso da caneca individual.⁴¹

Esse registro demonstra como havia um planejamento para que a higiene ultrapassasse os limites do terreno escolar e atingisse toda a comunidade local:

Foi novamente comentado longamente o plano de educação para a zona rural, nos seus diferentes itens. Foi feito o levantamento da parte já realizada bem como do que ainda será feito até o final do ano. Na parte referente a saúde já conseguiu o estabelecimento realizar com êxito a campanha da caneca individual e uso de calçado. Dentro do horário escolar, em escalas estabelecidas pela direção, todos os alunos escovam os dentes. Os efeitos das campanhas estão atingindo os lares, onde o lixo está sendo queimado ou aproveitado para adubo e intensificada a higiene corporal.⁴²

Percebemos a partir dos registros, a nítida intenção em inserir o corpo discente numa dinâmica de vida pautada pela limpeza dos corpos e dos espaços e que as iniciativas nesse sentido, também visavam atingir os pais dos alunos e toda a população dessa área rural

Outro aspecto que deve ser lembrado pela sua continuidade no tempo foi a necessidade de disciplinar o comportamento dos alunos dentro do espaço escolar. Do início dos anos de 1950 até o final dos anos de 1960, praticamente em todas as reuniões pedagógicas havia a indicação de

³⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Junho de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Março de 1961. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 20 de Março de 1963. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 09 de Outubro de 1965. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

que os professores controlassem o comportamento dos alunos dentro da escola. Nas salas de aula, nos corredores, nas filas, nos trabalhos executados na área externa da escola, enfim, as prescrições apontavam a responsabilidade do professor em manter a ordem no espaço escolar, usando para isso os meios persuasivos e legais. Pareceu-nos sempre presente a idéia de que para que os êxitos educacionais fossem alcançados, era necessário que houvesse uma organização fabril dos alunos, uma organização dos corpos dentro do espaço escolar de maneira que servissem como otimizadores do processo educacional.

São inúmeros os registros nas atas que apontaram nessa direção, no entanto para esse trabalho optamos em apresentar uma pequena amostragem do que está presente nos livros de atas de reuniões pedagógicas.

Deverá ser instituído no grupo, o livro negro para os alunos rebeldes e o livro de ouro para os alunos que possuem méritos.⁴³

O diretor aproveitou para expôr aos senhores professores a necessidade de disciplina nas filas.⁴⁴

Foi ordenado que os professores acompanhem os alunos até a porta do estabelecimento e que mantenham a ordem e disciplina para que os alunos não conversem nos corredores.⁴⁵

O diretor deu ciência aos professores que deveriam levar seus alunos até a porta da saída para evitar indisciplina, pois não é tolerado nenhum tipo de conversa nos corredores.⁴⁶

O sr. Diretor pediu mais uma vez para que os professores cooperassem na manutenção da disciplina nas filas e nos corredores e também nas aulas teóricas de ruralismo ministradas no galpão.⁴⁷

Depois de solicitar que os professores somente chamem seus alunos pelo nome, o sr. Diretor apontou que os professores deverão acompanhar seus alunos até o portão a fim de que fosse mantida a disciplina e o silêncio dentro do grupo.⁴⁸

⁴³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Agosto de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 15 de Setembro de 1951. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 17 de Maio de 1952. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 18 de Setembro de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 18 de Maio de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁴⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Abril de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Foi solicitada a colaboração dos professores na manutenção da disciplina e das filas nos corredores.⁴⁹

Teceu comentários sobre a disciplina dos alunos, principalmente nos horários de entrada e saída, no sentido de que fossem evitados tumultos e indisciplina a qualquer custo.⁵⁰

Os registros retirados das atas e apresentados, dão conta de demonstrar o quanto haviam de orientações que visavam disciplinar o comportamento do aluno dentro do espaço escolar. Pareceu-nos que foi muito importante durante a história dessa instituição a manutenção da ordem e da disciplina dos alunos. Nos anos da década de 1960, continuaram as orientações e exigências disciplinares:

Dando seqüência ainda a parte administrativa da reunião, o sr. Presidente teceu comentários com referência a disciplina dos alunos, solicitando aos srs. Professores que fossem experimentados novos métodos para conter a indisciplina, pedindo um esforço dobrado por parte dos professores, principalmente na entrada e na saída dos alunos, que a partir desta data, serão efetuadas pela frente do estabelecimento, para melhor fiscalização da diretoria em relação aos alunos indisciplinados e tardios.⁵¹

Foi orientado que as filas devem ser duplas e devem estar sempre em silêncio e também devem ser sempre acompanhadas pelo professor até o portão, para que haja disciplinamento dos alunos.⁵²

Os professores devem controlar os alunos até o portão em silêncio.⁵³

O sr. Diretor pediu novamente aos professores todo o esforço no sentido de se manter a ordem e disciplina, não só na classe como em todos os recantos do estabelecimento.⁵⁴

O diretor pediu mais uma vez que os professores devem se esforçar para manter a disciplina dos alunos no grupo escolar.⁵⁵

⁴⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 22 de Fevereiro de 1958. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 08 de Outubro de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Novembro de 1961. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Abril de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 09 de Março de 1963. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Novembro de 1964. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 08 de maio de 1965. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Durante a segunda metade dos anos 1960, ainda aparecem as seguintes indicações nos registros das atas de reuniões pedagógicas que nos permitiram observar que o controle rígido pelo qual a sociedade brasileira passava naqueles anos pela ditadura, também era aplicado dentro desse espaço escolar, pois os termos empregados são indícios de que havia uma necessidade maior de disciplinamento dos alunos. São dessa data, os registros que sugerem penas punitivas aos alunos indisciplinados:

O sr. Diretor insistiu para que a disciplina dos alunos fosse controladíssima pelos professores.⁵⁶

Com relação a disciplina dos alunos em classe, o sr. Diretor apresentou as penas disciplinares presentes no Art. 1012 da C.L. de Ensino. a) admoestação, b) repreensão, c) suspensão de um a oito dias, d) exclusão definitiva.⁵⁷

A direção da escola pede insistentemente que os alunos estejam em filas, em silêncio, disciplinados para exercerem os trabalhos manuais e para se movimentarem dentro desse grupo escolar. Não poderão também andar pelas dependências sem a presença de um professor e sem estar em fila.⁵⁸

A escassez de informações impediu que continuássemos nossa análise pelos anos de 1970 adentro. No entanto, entendemos que foi importante apresentar as informações referentes às duas décadas que nos foi possível analisar. Acreditamos ter conseguido demonstrar o quanto as orientações provenientes das atas de reuniões pedagógicas estavam direcionadas a modelar o comportamento dos alunos da instituição durante os anos sobre o qual nos debruçamos. Entendemos que a apresentação desses dados, pode ser encarada como uma tentativa de garimpar nas fontes documentais os aspectos constitutivos da cultura escolar da instituição de ensino em foco. O olhar historiográfico lançado, tampouco tem a intenção de somente reproduzir apenas continuidades, ele deve ser encarado como um exercício de pesquisa em história da educação que se aproveita dos silêncios e das impurezas para trazer a tona os conflitos de interesses que deviam ulular no cotidiano escolar dos envolvidos - alunos, professores, comunidade - mesmo não aparecendo suas vozes nas fontes documentais.

⁵⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 01 de Março de 1966. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 12 de Agosto de 1967. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁵⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 02 de Agosto de 1969. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Campanhas e Comemorações

As Campanhas sempre apareceram atreladas as questões de saúde pública. Os registros das atas de reuniões pedagógicas foram importantes indicadores da existência de doenças que assolavam a população naquela época. Ao observarmos como as falas, prescrições e recomendações sobre as campanhas estão dispostas nas fontes ao longo do tempo, conseguimos pensar nos indícios que sugerem como a sociedade se organizava para combater as moléstias e epidemias que a assolavam. O Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti, com certeza, serviu a sociedade como um mecanismo de difusão de diversas campanhas educativas e sanitárias para a população do meio rural.

Acreditamos que quando abordávamos a questão do disciplinamento dos alunos, já sinalizamos que as campanhas de higiene foram bastante comuns nas décadas que os registros das atas nos possibilitaram perceber. No entanto, as relacionadas ao assunto da higiene não foram as únicas campanhas divulgadas e incentivadas pela instituição. As doenças como varíola, raiva, poliomielite, tuberculose, malária, além das causadas pelos parasitas, como as verminoses, por exemplo, foram preocupações presentes no cotidiano da sociedade que orbitava em torno do grupo escolar. Observemos os seguintes apontamentos relacionados a década de 1950, que nos mostraram como essa escola foi um importante veículo institucional de disseminação das preocupações que a existentes na época com relação a saúde pública:

O diretor fez a leitura do comunicado número 1 publicado no Diário Oficial, de 03 do 08 de 1955. Este comunicado e as publicações “O que se deve saber sobre a varíola” e “O que se deve saber sobre a raiva”, foram postas a disposição dos professores. A direção do estabelecimento se propôs a solicitar das autoridades competentes, o apoio para a campanha que os professores irão mover contra a varíola e a raiva.⁵⁹

Já no ano seguinte, foi registrada uma preocupação com um surto de poliomielite numa das reuniões presididas pelo sr. Diretor Interino Lúcio Ferraz de Arruda:

O sr. Presidente solicitou colaboração dos presentes no sentido de que haja maior insistência nas aulas de noções sobre higiene corporal e doméstica fazendo removerem-se e destruir todos os possíveis focos de infestação, tudo

⁵⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 06 de Agosto de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

isso visando severo combate ao surto de poliomielite que assola algumas regiões do país.⁶⁰

O registro acima, contendo orientação do diretor do grupo escolar aos seus professores, demonstrou como a escola possuía uma função que ia muito além de ensinar ler, contar e escrever, ela pareceu imbuída de um caráter de mudança dos hábitos e dos costumes da população local. Um ano após esse registro, apareceu outro que demonstrou a seguinte preocupação:

Finalmente pediu o sr. Presidente que constasse em ata: as medidas preventivas indicadas pelo Departamento de Educação quanto ao surto da “gripe asiática” já foram tomadas – jogos suspensos e preleções diárias em classe.⁶¹

Mesmo não sendo um problema, ao que nos pareceu, da comunidade local, a Campanha Antituberculose” foi realizada em 1959 dentro do espaço escolar por meio da venda de selos para os alunos:

Em seguida falou-se sobre a campanha do selo antituberculose. Pediu o sr. Diretor Amadeu Cosentino Sobrinho aos professores que regularizando a venda dos selos, entregassem o resultado à ele, a fim de se organizar e remeter o movimento da referida campanha o mais breve possível.⁶²

Os anos da década seguinte não foram diferentes. Os registros dão conta de que o grupo escolar continuou sendo um elemento difusor das diversas campanhas de interesse da saúde pública.

Prosseguindo a reunião, o sr. Presidente procedeu a leitura e comentários dos comunicados n.56 e n.59 do Departamento de Educação, publicados respectivamente a 18 e 27/10/61, os quais comentam, o primeiro sobre a Campanha de Erradicação da Malária, semana de 06 a 11 de novembro deste.⁶³

⁶⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 28 de Março de 1956. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 27 de Setembro de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 02 de Setembro de 1959. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Novembro de 1961. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Percebemos que o grupo escolar realizou parcerias com outros setores institucionais, a fim de desenvolver campanha para resolver um problema de saúde da população local. Acreditamos nisso, devido ao pedido do sr. Diretor Dimas de Maio Freitas e Silva ter solicitado a parceria, conforme nos informou o seguinte registro:

Os professores foram notificados da Campanha Contra a Verminose, a ser iniciada neste mês, sob a orientação do Serviço Especial de Saúde de Araraquara e a pedido da direção.⁶⁴

No ano seguinte, em 1963 os problemas de saúde pública pareciam ainda não ter chegado ao fim:

Os professores devem desenvolver em sala de aula a campanha de combate aos parasitas. Os alunos devem ser informados exaustivamente sobre o assunto afim de que possamos acabar com este problema em nossa escola.⁶⁵

Inicialmente foi lida a carta do Rotary Club de Araraquara, dirigida ao estabelecimento sobre a vacinação contra a Poliomielite e distribuídos os folhetos para a propagação da Semana a ser aplicada a Vacina Sabin: de 12 a 19 do corrente.⁶⁶

Nos registros das atas de reuniões pedagógicas não apareceu nenhuma indicação referente as campanhas realizadas nos anos da década de 1970. No entanto, nos anos analisados percebemos como essa instituição de ensino foi um importante veículo de disseminação e propagação das campanhas de combate e erradicação de diversas epidemias e moléstias que aterrorizaram o país na segunda metade do séc.XX.

As datas comemorativas, os feriados nacionais e as atividades cívicas eram abordados e vivenciados na instituição escolar. As atas das Reuniões pedagógicas ofereceram informações que evidenciaram a continuidade de tais procedimentos durante o período em que há os registros. Havia a necessidade de se referenciar os símbolos pátrios nacionais como a bandeira e o hino semanalmente, sendo que em alguns momentos esta atividade era realizada no início dos períodos de aulas e em outros era centralizada numa atividade única, que envolvia toda comunidade

⁶⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Agosto de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 09 de Março de 1963. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de Setembro de 1966. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

escolar no dia de sábado. Ao investigarmos a comemorações que foram realizadas dentro do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti ao longo de sua história, percebemos um aspecto importante de sua cultura interna que foram as festas de encerramento do ano letivo. Os registros permitiram visualizar que as festas também eram os momentos das apresentações dos trabalhos manuais dos alunos. Havia visitação pública, e a comunidade de pais de alunos e as autoridades locais eram recebidas dentro do espaço escolar.

Também é importante relatar que havia as comemorações das datas cívicas e pátrias importantes como as referentes ao Dia da Bandeira, ao Dia do descobrimento, da Independência, da Proclamação da República, entre outros, e as comemorações relacionadas ao meio ambiente, como a comemoração do Dia da Árvore, do Agricultor, Semana da Primavera, são alguns exemplos. No entanto, nesse texto privilegiamos um olhar histórico sobre as comemorações onde havia exposições dos trabalhos, realizadas sempre nos finais de cada ano letivo.

As atas forneceram indícios que nos permitiram visualizar que a direção, assim como os professores, se envolviam inclusive com doações particulares para que se realizassem tais festejos abertos para a comunidade local. Não nos foi possível nesta pesquisa, no entanto, intercalar os dados das atas de reuniões pedagógicas com os fornecidos pelos Livros de Visitas em busca dos registros das pessoas que freqüentaram estas festas de fim de ano. Percebemos como importante o fato da continuidade histórica dessas comemorações de encerramento. Mesmo com as interrupções no quadro diretivo e docente, as prescrições sobre a realização do evento permanecem presentes pelo decorrer de duas décadas.

Como haverá no fim do ano letivo uma exposição de trabalhos manuais, o sr. Dalmo Homem de Melo Braga, diretor desta instituição, pediu aos senhores professores que exijam dos alunos ao menos um trabalho.⁶⁷

Foi determinado que antes do fim do ano cada aluno deverá apresentar pelo menos um trabalho, que deverá estar perfeito para a exposição.⁶⁸

O diretor pede que os professores providenciem para que cada aluno exponha pelo menos um trabalho manual no encerramento do ano.⁶⁹

⁶⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 15 de Setembro de 1951. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 17 de Maio de 1952. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁶⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Março de 1953. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

O diretor avisou que as carteiras devem estar lixadas antes da festa de encerramento do ano, e que os professores aproveitem as aulas para lixar como parte das aulas de trabalhos manuais.⁷⁰

(...) Pediu aos srs. Professores que dessem, nesse segundo semestre maior atenção à disciplina “Trabalhos Manuais”, afim de conseguir ao menos um trabalho por aluno para a realização da exposição de trabalhos no fim deste ano escolar.⁷¹

(...) Foi nos lembrado também que para o fim do ano escolar cada criança deverá apresentar um ou mais trabalhos manuais, de elaboração sua, para a exposição no grupo. O sr. Diretor deu-nos o consentimento para o uso da carpintaria do estabelecimento.⁷²

Prosseguindo, o sr. Amadeu solicitou que fossem incentivadas nas aulas de trabalhos manuais, afim de não sobrecarregar no fim do ano, ocasião das provas finais e preparação para a festa de encerramento.⁷³

E nos registros referentes a década de 1960 continuaram aparecendo a incidência de preparativos e indicações referentes as festas de encerramento de fim de ano, sempre acompanhadas de exposições dos trabalhos manuais dos alunos do grupo escolar.

O dir. Pede que os professores intensifiquem as orientações sobre os trabalhos manuais para a exposição de fim de ano.⁷⁴

É necessário arquivar nas pastas todos os materiais produzidos pelos alunos, inclusive aqueles produzidos nas aulas práticas de ruralismo e realizados na oficina de trabalhos manuais.⁷⁵

Foi pedido também que os professores relacionem os trabalhos manuais dos alunos para a exposição final do ano.⁷⁶

⁷⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 22 de Junho de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 29 de Agosto de 1957. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 21 de Agosto de 1958. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 02 de Setembro de 1959. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Outubro de 1961. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 09 de Junho de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷⁶ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Novembro de 1964. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Os trabalhos manuais devem ser intensificados pois é também uma matéria importante. Não se deve prender a atenção apenas para os trabalhos feitos para a exposição no final do ano escolar e sim àqueles que aproveitarão materiais do meio ou que servirão na vida prática dos alunos.⁷⁷

Os trabalhos dos alunos referentes as comemorações do ano inteiro devem ser arquivados para exposição no final do ano escolar que ocorrerá juntamente com a festa de encerramento.⁷⁸

O diretor Antonio Ruy gostaria que os trabalhos fossem enviados a diretoria para montagem do mural com temas de ruralismo e trabalhos manuais para a visita de fim de ano.⁷⁹

Certamente, são indícios de que tais acontecimentos com o decorrer do tempo se tornaram aspectos significativos da cultura escolar dessa instituição de ensino. Foram importantes, porque permitiram que fosse exposta a materialização de um conhecimento prático.

O aparelho educativo denominado grupo escolar foi pensado pelos republicanos a partir do final do século XIX, e implementada na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX, nos grupos, foi preciso que o alunado, principalmente aquele visto pelas elites como socialmente predestinado a exercer os trabalhos menos qualificados, se enquadrasse dentro de uma perspectiva de materialização do conhecimento, o que se efetivava no processo de construção dos trabalhos manuais. Nas atas, onde os indícios apareceram na forma de prescrições direcionadas geralmente aos professores, o que pudemos apreender sobre as festas de encerramento, é que era um momento de festejos, mas sobretudo, era a oportunidade de expor os trabalhos manuais confeccionados pelo corpo discente da instituição. Móveis, utensílios, ferramentas, hortas, granjas, viveiros, entre outros, eram os produtos finais de um ano de aprendizagem prática. No decorrer dos anos, os estímulos às atividades manuais vão se fundir com as práticas de educação rural.

⁷⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Agosto de 1965. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de Setembro de 1966. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁷⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 12 de Agosto de 1967. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

Prática de Educação Rural

Sobre as aulas de ruralismo, os documentos demonstraram que havia um significativo esforço por parte da direção do grupo escolar para que efetivamente fossem realizadas. Durante as duas décadas de reuniões registradas em atas, havia um nítido interesse dentro da unidade escolar para que as aulas teóricas sobre ruralismo fossem desenvolvidas e seus conhecimentos exigidos nas avaliações finais. Também as aulas práticas aparecem nos registros, quando havia recomendações acerca do comportamento dos alunos nos espaços externos, quando havia informes sobre a aquisição de materiais para que tais aulas fossem realizadas, quando no início do ano letivo havia a organização do horário de realização de tais atividades de estudos agrícolas nos espaços externos como a horta, o pomar ou o aviário.

As atividades de ensino referentes ao ruralismo estavam ligadas diretamente ao ensino de técnicas simples de trabalho no meio rural. Montar um canteiro, desde o processo de preparo da terra com insumos orgânicos, passando pela semeadura até a colheita, por exemplo, eram ensinamentos escolares ministrados sobre a nomenclatura de ruralismo. Havia a intenção de racionalizar a prática do camponês e introduzir nela técnicas de melhoria da produção, além de uma objetiva orientação sobre a higienização do modo de vida daqueles que habitavam a zona rural, enfim, o que parecia ser necessário que os “hábitos da sociedade moderna” também se fizessem presentes entre a população do campo.

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por uma multiplicidade de projetos e programas para a educação rural. Os programas que se destacaram na década de 40 eram tanto de responsabilidade do Ministério da Agricultura, quanto dos Ministérios da Educação e da Saúde. Estes programas foram instituídos a partir do acordo dos governos brasileiro e norte-americano, quando foi instituída a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), embrionária da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), que foi criada em 21 de junho de 1956 (CALAZANS, 1993 p. 23-24).

O objetivo da Comissão e mais tarde da Associação era implantar projetos educacionais na zona rural, bem como desenvolver as comunidades desse meio através da criação de centros de treinamento, realização de semanas ruralistas e também da criação e implantação dos chamados Clubes Agrícolas e dos Conselhos Comunitários Rurais, assim como também estava

incumbida de coordenar programas de extensão e captar recursos técnicos e financeiros (LEITE, 1999).

Ao consultar a Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, verificamos que a lei nº 2.648 de 17 de Janeiro de 1936 instituiu na Secretaria de Agricultura o Departamento dos Clubes de Trabalho, que visava desenvolver trabalhos agrícolas nas escolas primárias do estado. A partir da leitura deste ordenamento jurídico, evidenciamos a intenção do Estado de que fossem desenvolvidos os trabalhos manuais agrícolas dentro de um programa educativo.

Por conseguinte, o decreto 8.927 de 19 de Janeiro de 1938 de autoria do Interventor Federal no Estado de São Paulo o Dr. José Joaquim Cardozo de Mello instituiu nos estabelecimentos de ensino primário, a juízo das Diretorias de Ensino os Clubes de Trabalho. Este decreto transferia da Secretaria de Agricultura para a Secretaria da Educação o gerenciamento destes Clubes. Este decreto se apresentou então, como normatizador de uma política pública educacional que considerava como dever do Estado cultivar na juventude o gosto pelos trabalhos manuais e especialmente pelas atividades de natureza agrícola. Este documento preconizava que a Diretoria de Ensino deveria editar uma publicação periódica destinada a orientar os professores primários rurais em sua ação educativa e na organização dos Clubes de Trabalho. Foram os Clubes de Trabalho criados neste período que foram os embriões daqueles que mais tarde seriam denominados os Clubes Agrícolas.

Ao relacionar tais informações às fontes documentais levantadas durante esta pesquisa, observamos a existência de registros referentes ao Clube Agrícola (ver Quadro 5) nesta instituição de ensino de 1954 a 1967. Foi possível pelas Atas de Reuniões Pedagógicas analisadas, encontrar elementos que comprovassem as diversas orientações acerca da implantação deste projeto de extensão rural, e de atividades ligadas à formação voltada ao homem do campo, através de trabalhos manuais agrícolas.

No trecho da Ata da Reunião pedagógica presidida pela sra. diretora Missiota Reis Pita, há a seguinte descrição:

De acordo com o Programa de Extensão Rural, publicado no Diário Oficial de 24/02/1949, os professores deverão administrar lições práticas e teóricas sobre atividades agrícolas.⁸⁰

⁸⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Março de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

E continua a diretora na mesma ata deste dia, se referindo as provas mensais a serem realizadas em todos os sábados do mês na instituição:

[...] ficando para o quarto sábado do mês a prova referente a parte teórica do ensino rural.⁸¹

Outros momentos parecem importantes para ilustrar a relação de apropriação que sofre o ordenamento jurídico dentro da cultura escolar:

Sobre o Programa Rural, a diretora pediu que iniciássemos e praticássemos os ensinamentos que nos são exigidos, o mais breve possível. (...) Sobre isso o professor Evangelista pediu a palavra e disse que estas atividades estavam a cargo dos alunos responsáveis pela *conservação e embelezamento* de todo o terreno do grupo escolar.⁸²

Sobre o Ensino Rural, os professores deverão falar sobre insistentemente, a fim de despertar na criança o amor pela terra e acabar com a má vontade pelos trabalhos agrícolas.⁸³

(...) e mais uma vez a diretora pediu aos professores que se apressem em apresentar um álbum, contendo os melhores trabalhos sobre ensinamentos rurais.⁸⁴

Podemos perceber a insistência da direção da referida escola em colocar em prática as orientações recebidas acerca do Programa Rural, pois durante o primeiro semestre de 1950 este assunto esteve na pauta em todas as reuniões. E a indicação repetitiva “mais uma vez”, sugeriu que a diretora já havia cobrado uma atitude prática em reuniões ou conversas anteriores com seus subalternos. E para ilustrar ainda mais o caráter institucional destas recomendações, de como elas eram orientadas e conduzidas pela Diretoria de Ensino, durante o segundo semestre deste mesmo ano, na ocasião da visita do Inspetor de Ensino a este Grupo Escolar, ele fez a solicitação de que:

[...] os professores insistissem no ensino para o aprendizado do que as crianças terão que usar e atuar na vida, prática agrícola, linguagem oral e escrita e leitura, deixando as outras em segundo plano.⁸⁵

⁸¹ Idem

⁸² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 29 de Abril de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁸³ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 13 de Maio de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁸⁴ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 10 de junho de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

⁸⁵ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Agosto de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto.

Com relação às políticas públicas para a educação do meio rural, no Estado de São Paulo, havia prescrições legais a serem cumpridas dentro dos Programas de Ensino das escolas rurais. O Decreto Nº 17.698, de 26 de novembro de 1947, no Capítulo I, em sua Seção IV⁸⁶, que trata da Assistência Técnica do ensino Rural, no artigo 41 diz explicitamente que Assistência Técnica do Ensino Rural tinha por fim orientar, centralizar e coordenar todas as atividades ruralistas no ensino primário e normal do Estado, além de elaborar programas especiais para o ensino primário, rural e normal e registrar e incentivar as iniciativas desses e de outros estabelecimentos de ensino que visem despertar na infância ou na juventude o amor pelas coisas da terra e o interesse pelas práticas agrícolas.

No ano de 1948 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural, financiada pela “International Association for Economic Development” e que mais tarde veio a se chamar EMATER. Esta seria a precursora da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR), criada em 1956 (Leite, 1999). Esta associação foi financiada principalmente por organizações ligadas ao governo, ao capital monopolista norte americano e a organismos internacionais que visavam a expansão de mercado no Brasil, vendendo uma visão romantizada da extensão rural (Calazans, 1993). Este Programa de Extensão Rural, iniciado no término da década de 1940 e intensificado durante a década de 50, tratava-se de um programa de caráter essencialmente paternalista em que, segundo Leite (1999), o trabalhador rural brasileiro era representado como um indivíduo carente que demandava proteção e assistência, desprovido de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo incapacitado para tarefas socialmente significativas. Desta forma, ficavam novamente submetidos à vontade dos grupos dominantes.

Simultaneamente ao sistema formal, a estrutura física da escola também passou a compor o quadro do programa, sendo lançado um projeto em que a educação para o desenvolvimento comunitário assume um outro enfoque bastante diferenciado daquele da escola tradicional. Era essencialmente um programa pré-fabricado que desconsiderava a educação formal existente até então (Leite, 1999). O que aparece fortemente na colocação do inspetor de ensino apontado a pouco neste texto.

No início da década de 1950, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que segundo a reflexão de Leite (1999), limitou-se a repetir fórmulas tradicionais de dominação, uma vez que ela não trouxe à tona, em suas discussões, os mecanismos verdadeiros

⁸⁶ Essa legislação encontra-se na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

da problemática rural. Para o autor, a modernização do campo nada mais era do que a internacionalização da economia brasileira aos interesses monopolistas e sua visão educativa desconsiderava as contradições naturais dos grupos camponeses.

Toda a discussão sobre uma formação escolar com caráter limitado aos usos práticos deste conhecimento, se encontra acessível para consulta ao mergulharmos nas atas de reuniões pedagógicas, pois nelas, além das prescrições exigidas, aparecem as relutâncias e as assimilações pessoais do corpo docente, incumbido de colocar em prática tais programas. Numa destas reuniões, por ocasião de os professores não estarem se esforçando em aplicar tais conhecimentos exigidos pelo Programa Rural, o diretor Prof^o Dalmo Homem de Melo Braga, notificava que:

E se os senhores professores ainda relutavam em ministrar ensinamentos rurais, agora serão estimulados pelo bolso.⁸⁷

O diretor estava se referindo ao fato que nesta reunião, foi lido um Comunicado da Assistência Técnica do Ensino Rural, direcionado aos diretores e professores que pretendessem receber a gratificação mensal a título de desdobramento, um adicional no salário, para aqueles que se dispusessem a aumentar sua carga horária com alunos, em virtude de participar do Programa Rural. Ainda segundo informações desta ata de reunião, todas as classes da escola tinham que se ocupar com duas horas semanais de atividades rurais, além do fato de que o Assistente Técnico Rural, pretendia transformar este grupo escolar em modelo. Já teria ele, inclusive, intercedido junto ao Comendador Hélio Morganti para que fossem construídos: um aviário e um apiário nas dependências do grupo escolar, e que estes empreendimentos, após construídos, teriam toda assistência técnica necessária por parte do governo.

Em 18 de setembro do ano seguinte, há o registro em ata de que o diretor da escola, Prof^o Lúcio Ferraz de Arruda:

Requeru ao Secretário de Educação, por intermédio da Assistência Técnica do Ensino Rural, o desdobramento do ensino prático rural, a contar da data de 01/04/54, bem como o despacho do pagamento.⁸⁸

Tal fato nos mostra que realmente foi incorporado ao Programa de Ensino da escola, o ensino prático rural tal qual havia sido preconizado com adicional de vencimentos em lei, um ano

⁸⁷ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 11 de Abril de 1953. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁸⁸ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 18 de Setembro de 1954. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

antes, pois segundo a ata, o pedido de recebimento de vencimento referente a participação no programa era retroativo ao primeiro dia do mês de abril do corrente ano. Data também deste ano a criação do Clube Agrícola, o que nos permite também pensa-lo como uma iniciativa tomada a partir das orientações do Programa de Extensão Rural.

É importante o fato de que as atas trazem um indicador sinalizando que a comunidade estava informada sobre tais projetos diferenciados dentro do espaço escolar. Pudemos perceber durante a leitura das atas que havia a necessidade de se publicar os melhores trabalhos sobre os assuntos agrícolas produzidos pelo grupo escolar na Revista Mensal da Tamoio. Esta revista circulava em todas as secções da usina e também nos círculos letrados da cidade de Araraquara.

O senhor professor Geral Schitini Sobrinho foi sorteado para elaborar uma tese referente aos assuntos agrícolas. Esta deverá ser lida na próxima reunião pedagógica e publicada na Revista Mensal da Tamoio.⁸⁹

Os melhores trabalhos sobre ruralismo deverão ser publicados na Revista Mensal da Tamoio, e os alunos deverão assinar o livro de ouro pelo mérito.⁹⁰

Os professores não devem se esquecer de que seus melhores trabalhos sobre a horta, jardinagem, higiene rural devem ser entregues a direção para que sejam encaminhados à Assistência Técnica Rural, sob os cuidados da Diretoria de Ensino de Araraquara e encaminhados a revista mensal da Tamoio.⁹¹

O sr. Dimas de Maio Freitas, diretor deste grupo escolar, tem o prazer de relatar que ficou muito satisfeito com o fato de que os melhores trabalhos sobre ruralismo desenvolvidos nesta escola, foram selecionados pela revista mensal da Tamoio para fazerem parte do acervo da Biblioteca Pública de Araraquara, servindo de alicerce para o trabalho de outras escolas interessadas.⁹²

O interesse em apontar tais registros, se deve ao fato de serem expressivos, no sentido de oferecerem indícios de que havia um conhecimento público sobre as atividades diferenciadas de ruralismo do Grupo Escolar Pedro Morganti, tanto dentro dos limites da usina quanto na cidade de Araraquara. Da maneira como estão, os registros indicam que a direção da escola impunha a

⁸⁹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 25 de Março de 1950. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁹⁰ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 19 de Setembro de 1955. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁹¹ Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 20 de Agosto de 1960. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

⁹² Ata da Reunião Pedagógica realizada no dia 14 de Abril de 1962. Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966. Arquivo da EMEF do Campo Professor Hermínio Pagotto

necessidade de que os trabalhos fossem encaminhados para publicação. Estas publicações nos pareceram variadas, desde relatórios sobre a criação e manutenção de hortas, cartazes sobre higiene no meio rural, até uma tese mais elaborada apresentada por algum professor sobre o assunto do ruralismo.

O que nos pareceu foi que era no diferencial destas atividades que este grupo escolar tinha visibilidade dentro do meio social em que estava inserido. Não há registros nas atas de que outras atividades escolares que não as relacionadas ao ruralismo fossem indicadas para serem publicadas em revistas ou encaminhadas a Diretoria de Ensino, o que evidencia o fato de que eram justamente estas atividades teóricas e práticas voltadas para o meio rural, que justificavam o valor social deste grupo escolar tanto para os superiores envolvidos com educação dentro da estrutura estatal burocrática quanto para os proprietários ou pessoas que ocupavam cargos importantes dentro da usina Tamoio.

No entanto para este trabalho não nos foi possível entrar em contato com o material referente as tais publicações, o que nos impediu de se aprofundar nesta discussão para perceber se eram direcionadas somente ao público letrado voltado para a área de educação, ou se tinham maior abrangência, englobando também os trabalhadores rurais.

A leitura mais atenta das atas pôde evidenciar que na medida que esse grupo escolar se destacava pelas suas atividades diferenciadas relacionadas aos trabalhos agrícolas, essas atividades se tornaram exigências prioritárias em detrimento dos trabalhos manuais relacionados as outras áreas como a carpintaria ou serralheria, por exemplo. Pareceu-nos que foi na especificidade de suas práticas escolares diferenciadas que a instituição se destacou historicamente. E acreditamos que essas práticas de elaboração de trabalhos manuais e também de práticas agrícolas se apresentaram de maneira convincente como importantes aspectos constitutivos da cultura escolar do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti.

Considerações Finais

Acreditamos que com essa pesquisa, conseguimos reconstruir fragmentos históricos de uma instituição educativa localizada no meio rural do interior do Estado de São Paulo, contribuindo para os estudos em história da educação, especificamente para os voltados aos estudos dos grupos escolares rurais, de que tão pouco temos informações, dado o desinteresse por seu estudo ou a precariedade na obtenção de fontes de pesquisa.

No presente trabalho optamos por reconstruir a história do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti. Tentamos estabelecer ao longo do trabalho uma reflexão acerca do olhar historiográfico, que tentou apontar nas lutas, nos conflitos, nas experiências humanas em exercício contínuo de funções institucionalizadas, um espaço promissor para a construção de uma cultura escolar. Ao utilizar essa lente na tentativa de enxergar a história do grupo escolar, oferecemos subsídios para a formação de uma cultura escolar constituída pela experiência humana dos que viveram no espaço e no tempo pesquisado.

As práticas escolares que registramos como permanentes, foram forjadas na possibilidade do agir, da intervenção humana sobre as determinações objetivas do que foi prescrito e puderam ser rastreadas através das fontes documentais que tivemos acesso. Demonstramos as continuidades existentes, com a intenção de comprovar o fato de que as possíveis modificações no interior das culturas escolares, não são passíveis de interrupções bruscas, justamente por que precisam ser construídas nas experiências e nas práticas escolares. Desviamos nosso olhar para o que permaneceu constante no decorrer do tempo, para o que conseguiu sobreviver frente às diversas mudanças e transformações educacionais a que foi submetida essa instituição escolar. As atas de reuniões pedagógicas, utilizadas como fontes documentais foram o *locus* de reinterpretação e reconfiguração das leis e direcionamentos institucionais. Através delas, pudemos visualizar a intencionalidade de padronizar e modelar comportamentos.

Os direcionamentos prescritivos dos documentos nos permitiram verificar como foram efetivadas as políticas destinadas aos sujeitos do meio rural. Quando discorremos sobre as práticas agrícolas, apontamos como alguns organismos internacionais impulsionaram a implantação dos programas de extensão e assistência técnica rural no Brasil, assim como apresentamos como pano de fundo, qual foi o olhar institucional lançado sobre o trabalhador rural brasileiro. Ele era representado como um indivíduo carente, que demandava proteção e

assistência, desprovido de valores, de sistematização no trabalho, incapacitado para as tarefas consideradas socialmente significativas. Esse olhar sempre entendeu que os trabalhadores rurais deveriam ser submetidos a vontade dos grupos esclarecidos, modernos e dominantes. Nesse sentido, reconstruir a trajetória da vivência dos trabalhos manuais e das práticas agrícolas desse grupo escolar, possibilitou que visualizássemos como o processo de modelagem do comportamento do indivíduo do meio rural se dava na prática, no cotidiano escolar. Entendemos inclusive, que tais práticas, foram o aspecto diferencial da cultura escolar dessa instituição.

Os documentos nos permitiram perceber que esse grupo escolar contribuiu significativamente para apresentar aos sujeitos do meio rural os aspectos e necessidades da vida moderna. Campanhas de higienização, técnicas de aperfeiçoamento das práticas manuais e agrícolas, posturas, condicionamento ao tempo, foram indicadores do que se queria modelar na população rural. Em seu percurso histórico a escola desempenhou a função de formadora dos filhos dos trabalhadores da Usina Tamoio. No entanto, essa formação ainda que tenha possibilitado o acesso de várias gerações de trabalhadores rurais à cultura escrita e aos códigos da modernidade, não contribuiu para a emancipação do homem do campo, não forneceu mecanismos ideológicos para que ele se mantivesse nas terras. As práticas agrícolas desenvolvidas ao longo de décadas no grupo escolar rural, serviram melhor para adaptar o trabalhador rural ao sistema capitalista moderno de produção do que para direcioná-lo à sistema de agricultura familiar de subsistência.

Em sua caracterização, percebemos como essa instituição perpassou os tempos áureos do desenvolvimento econômico e social da comunidade local, ocasião em que recebeu uma grande quantidade de alunos de diversas seções de dentro da usina, e aproximadamente duas décadas depois, sentiu o esvaziamento, quando passou a vivenciar a decadência econômica e social daquele meio rural. A instituição chegou ao final dos anos de 1960 e início dos anos 1970, com um número bastante reduzido de alunos, reflexo do declínio por que passava a comunidade rural em que estava inserida. A venda das terras da família Morganti para o grupo empresarial Silva Gordo em 1969, praticamente sela o destino da instituição de ensino. Esse grupo implementou profundas transformações administrativas na empresa, visando torná-la competitiva no mercado industrial e financeiro, o que significou a diminuição da quantidade de mão de obra, ou seja, o processo de demissão em massa e a evasão dos trabalhadores rurais da Usina Tamoio, foram os

fatores que causaram o esvaziamento que mais tarde culminou com o fechamento temporário dessa instituição de ensino.

Nesse sentido, vimos como ela acompanhou o apogeu e o declínio da família Morganti e sobreviveu ao período em que a comunidade rural onde situada-se estava sendo submetida a um processo de modernização. Resistiu por um período de tempo e funcionou com um número bem reduzido de alunos, até que seu funcionamento passou a não ter mais significado social. Na década de 1980 com menos de duas dezenas de alunos, funcionou como um apêndice de uma escola urbana. Os registros não possuem informações sobre o cotidiano escolar nesse período. O que sabemos é que seus alunos, nessa época, eram os filhos dos empregados remanescentes da antiga estrutura agroindustrial, e que seus pais ainda lutavam na justiça para a resolução das situações trabalhistas pendentes. Durante os três anos finais da década de 1980, os filhos dos antigos trabalhadores que permaneceram morando na Fazenda Bela Vista, foram transportados para a cidade de Araraquara pelo poder público para realizarem lá seus estudos; seus pais depois foram então incorporados ao Projeto de Reforma Agrária a partir de 1989. O fechamento da escola encerrou um ciclo de vida da instituição coincidente com um ciclo do desenvolvimento da Usina Tamoio.

Os conhecimentos referentes às práticas agrícolas modernas que se queriam incutir nos alunos, no entanto, não impediram a eliminação do trabalhador agrícola pelos métodos eficientes do novo modelo econômico imposto ao campo, tampouco, vieram como prescrições que instrumentalizaram o indivíduo do meio rural para sobreviver às demandas impostas pela industrialização no meio agrícola. Os conhecimentos transmitidos aos alunos do grupo escolar rural eram somente para capacitá-los para exercerem funções manuais, ligadas a terra, não para introjetar nos alunos a capacidade de organização e luta frente às reais necessidades por terra para produzir seus próprios alimentos. Desse modo, sem se vincular aos movimentos sociais de luta pela terra, o grupo escolar rural se prestou a reproduzir o ideário de dominação econômico e cultural das elites que na relação entre o rural e o urbano, primavam pelo urbano em detrimento do rural que era o lado considerado mais atrasado e desprovido socialmente.

No início de 1990, a comunidade do Assentamento Bela Vista apresentou à Delegacia Regional de Ensino de Araraquara uma demanda real de crianças em idade escolar, obrigando-a a reativar o prédio do antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti para receber esses alunos. A partir de então teve início um processo coletivo de construção um novo modelo

educacional, bastante influenciado pela contribuição do movimento social de luta pela terra. Interessante apontar que, a partir do momento que passou a atender ao público oriundo do movimento de reforma agrária, as aulas de práticas agrícolas foram retomadas, e passaram a compor novamente os aspectos da cultura escolar da instituição de ensino, entretanto, essas aulas de práticas agrícolas foram acrescidas de novos significados que redimensionaram sua função.

Atualmente elas tentam manter vivos os conhecimentos do meio rural que foram sendo inutilizados devido ao uso de técnicas agrícolas consideradas modernas e que se mostraram desrespeitosas para o meio ambiente. As antigas aulas de práticas agrícolas que visavam instrumentalizar e racionalizar as práticas de trabalho rurais, atualmente são desenvolvidas pensando em proporcionar o menor dano possível ao solo. Isso pode ser visto, por exemplo, na indicação do não uso de pesticidas e produtos químicos agrícolas que afetam diretamente a saúde do trabalhador rural e do planeta e apresentam ainda como solução mundial para a agricultura, técnicas consideradas alternativas no combate as pragas e as ervas daninhas. O que a escola do Assentamento Bela Vista busca hoje é construir um modelo educacional em que as práticas agrícolas pensadas e ensinadas são as que valorizam outras relações com a terra que não somente as comerciais. Isso é feito associando tais práticas aos conhecimentos técnicos modernos, como controle natural de pragas e internet, por exemplo, para agregar conhecimentos que permitam ao trabalhador rural desenvolver de uma maneira saudável a agricultura familiar em toda a sua plenitude, com respeito ao solo, às águas, e às relações de subsistência ainda existente no meio rural.

A continuidade de tais práticas escolares no decorrer do tempo se justifica pela localização geográfica dessa instituição de ensino, que localizada numa região rural, continuará atendendo necessariamente os filhos de trabalhadores ligados ao meio rural. As mudanças que aconteceram na sociedade que a circundava, deram à ela, no entanto, outro direcionamento e redefiniram sua função social. Entretanto, ela continua desempenhando sua principal atividade que é a de introduzir as novas gerações, os filhos de agricultores, no processo de escolarização. As continuidades e rupturas presentes na história dessa instituição, não a descarrilharam dos trilhos que foram pensados pelos educadores alinhados ao ideário republicano no início do século XX, o de universalizar os conhecimentos básicos pertinentes às séries iniciais do ensino considerado fundamental.

A história do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti mostra vestígios importantes da trajetória de escolarização dos trabalhadores rurais no Estado de São Paulo no século XX. Uma instituição cuja formação buscou introduzir seus alunos numa cultura moderna, mas não voltada para a emancipação do homem do campo. No entanto, a partir da retomada da Fazenda Bela Vista pelos trabalhadores rurais e sua transformação em Assentamento para fins de Reforma Agrária, as mesmas instalações do antigo grupo escolar, passaram a ser utilizadas no processo de escolarização dos filhos dos assentados.

Atualmente a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Campo “Prof. Hermínio Pagotto é um modelo de escola do meio rural. Ela busca aproveitar a história de vida do trabalhador agrícola como demonstrativo para as novas gerações quais os processos de exploração e de pilhagem que foram submetidos os povos rurais. Mostra como foram desapropriados e expulsos do campo em algum momento de suas vidas pelo grande capital nacional e internacional, que sempre esteve aliado aos proprietários de grandes extensões de terra. A escola dos tempos atuais também busca com suas aulas de práticas agrícolas, fazer com que seus alunos estabeleçam vínculos com a terra, fazer com que se apropriem dos benefícios tecnológicos, culturais e científicos que a humanidade dispõem, e que os usem em práticas ecologicamente corretas, que possam ajudar na sustentabilidade do Planeta Terra. A Proposta Pedagógica da escola no momentos, estimula práticas agrícolas voltadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e da agroindústria que agregue valor a produção agrícola e pecuária do trabalhador rural e também buscam respeitar os conhecimentos, as tradições e costumes e saberes do homem do campo Isso tudo para que esses trabalhadores e suas futuras gerações, possam cada vez mais adquirir condições dignas e saudáveis de trabalho e permanência no meio rural.

IMAGENS FOTOGRÁFICAS



Figura 1: Comendador Pedro Morganti, c.1930. Arquivo Permanente da E.M.E.F. do Campo “Prof. Hermínio Pagotto

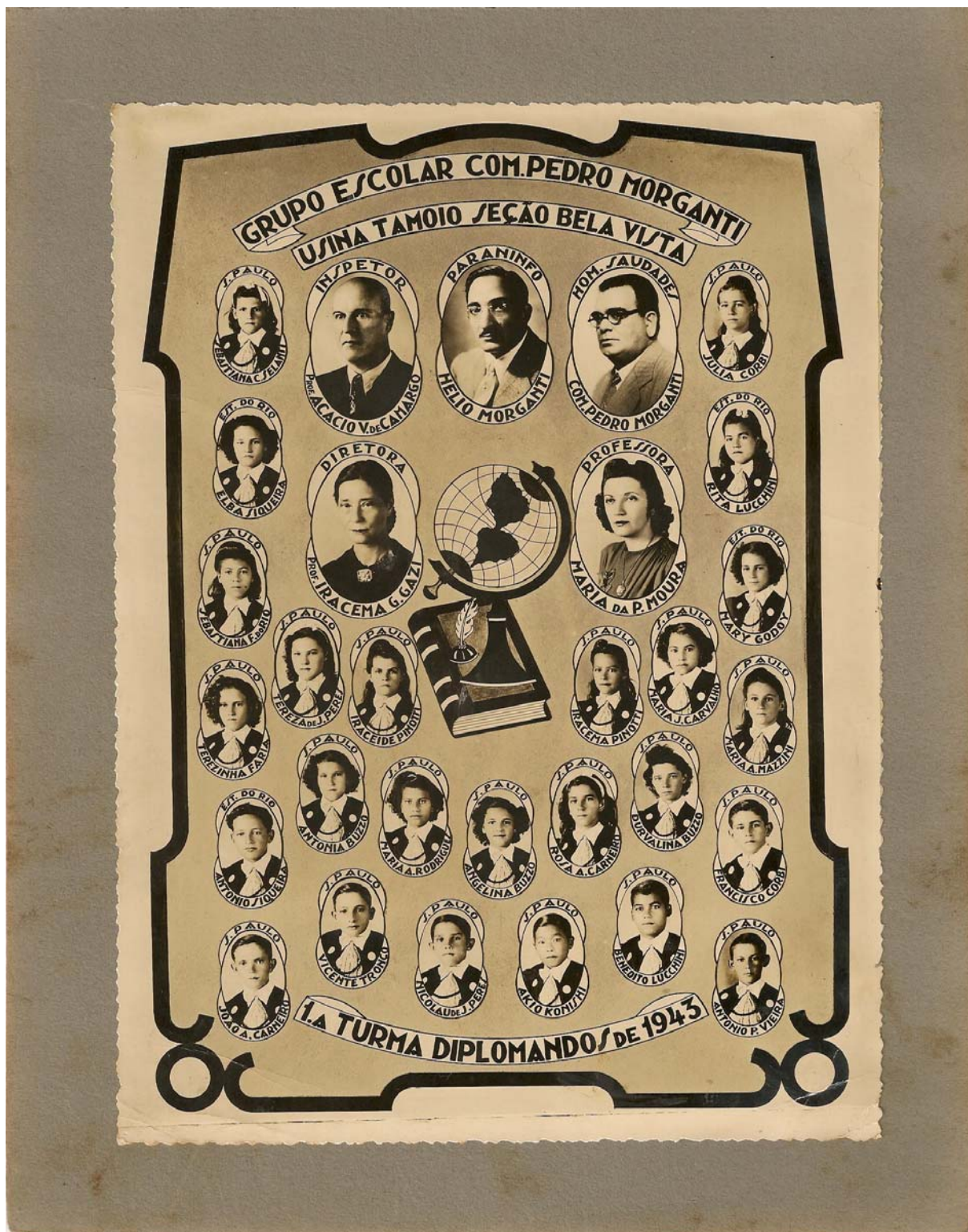


Figura 2: Foto da 1ª Turma de Formandos do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti de 1943. Arquivo Permanente da E.M.E.F. do Campo "Prof. Hermínio Pagotto



Figura 3. Foto atual da fachada do antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti em 2010. Arquivo Permanente da E.M.E.F. do Campo “Prof. Hermínio Pagotto”

Fontes

Álbum de formatura da 1ª Turma de Formandos do Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti da turma de 1943.

Álbum de Araraquara de 1948.

Álbum de fotografias escolares da EMEF do Campo Prof. Hermínio Pagotto

Mapa Cartográfico do IBGE de 1971 referente a Usina Tamoio.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Lei n. 2.648 de 17 de janeiro de 1936.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Decreto Nº 8.927 de 19 de janeiro de 1938.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Decreto Nº 17.698, de 26/11/47.

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1950 a 1957.

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1957 a 1962.

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1962 a 1966.

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas do Grupo Escolar Pedro Morganti de 1966 a 1975.

Livro de Matrícula “Secção Masculina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista.

Livro de matrícula “Secção Feminina” de 1942 a 1948 do Grupo Escolar da Fazenda Bela Vista

Registro Escolar: Matrícula, Professores e Aparelhamento escolar – Modelo I – do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1949 a 1957.

Livro de Matrícula dos alunos do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964.

Livro de Matrícula das alunas do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1961 a 1964

Livro de Matrícula “Masculino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967.

Livro de Matrícula “Feminino” do Grupo Escolar Rural Comendador Pedro Morganti de 1965 a 1967.

Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1973-Feminino.

Livro de Matrícula do G.E.R. “Comendador Pedro Morganti” de 1968 a 1974-Masculino.

Livro de Matrícula da 2ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1984.

Livro de Matrícula da 1ª Escola Mista da Secção Bela Vista em Tamoio – Araraquara – de 1975 a 1988.

Referências

BARONE, L. A. *Revolta Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos*. Araraquara, 1996. 164 p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, P. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

CAIRES, A. C. R. *Nem tudo era doce no império do açúcar: vida trabalho e lutas na usina Tamoios (1917-1969)*. Araraquara, 1993. 402p. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J. e DAMASCENO, M. N. *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, p15-40, 1993.

FARIA FILHO, L. M., VIDAL, D. G. GONÇALVES, I. A. Antonio. PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na História da Educação brasileira. São Paulo, *Educação e Pesquisa*, n.29, v.1, p.139-160, 2004.

FARIA FILHO, L. M. Fazer História em educação com E. P. Thompson: Trajetórias de um aprendiz. In: FARIA FILHO, L. M. (org). *Pensadores Sociais e História da educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B. “Tamoio: Olha tem nó na cana!”. *PERSPECTIVAS*, São Paulo, UNESP. V.7, 1984

FERRANTE, V. L. S. B. Assentamentos rurais: um olhar sobre o difícil caminho de constituição de um novo espaço de vida. In: FERRANTE, V. L. S. B. (Org.) *Cadernos de Pesquisa Retratos de assentamentos n.1*. Araraquara: NUPEDOR/UNESP-FCLar, 1994

LEITE, S. C. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

MAGALHÃES, J. Um apontamento sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P. e

CATANI, D. B. (Orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MORAES, M. C. M., MULLER, R. G. História e Experiência: Contribuições de E.P. Thompson à pesquisa em educação. *Perspectiva*. Florianópolis, v.21, n02, 2003.

PACHECO, C. A. *Café e Cidades em São Paulo: Um estudo de caso de urbanização na região de Araraquara e São Carlos – 1880/1930*. São Paulo, Unicamp, Dissertação de mestrado, 1988, mimeo.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

REVEL, J. (Org.) *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SOUZA, R. F. *Templos de Civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910)*., São Paulo, Edunesp,1998.

SOUZA, R. F. *Um Itinerário de Pesquisa sobre a Cultura Escolar*. in: CUNHA, M.V. (Org.), Campinas: Autores Associados – (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo:73), 2000.

SOUZA, R. F. *Alicerces da Pátria. Escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)*. Tese de livre-docência, 2006.

TOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____ *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

V.I

VALDEMARIN, V. & SOUZA, R. F. (Orgs.). *Cultura escolar: história, práticas e representações. Cadernos CEDES*, n. 52, 2000.

VIÑAO, A. Historia de la educacion e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n.0, 1995)

VIÑAO, A. Fracasan las reformas educativas? La respuesta de un historiador. In: Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.) *Educação no Brasil*. História e historiografia. Campinas: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001. p.21-52. (Coleção Memória da Educação)

VIÑAO, A. *Sistemas Educativos, Culturas Escolares y Reformas*. Madri: Morata, 2002.

WERTHEIN, J., BORDENAVE, J. D. (orgs) *Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ANEXOS

Relação das Fontes Documentais encontradas no Arquivo Permanente do antigo Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti – 1942/1988

Livros do Ponto Pessoal

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro Ponto	1942 a 03/1944	
2	Livro Ponto	1944 a 1945	
3	Livro do Ponto	1945 a 1947	
4	Livro do Ponto	1947	
5	Livro do Ponto	1949	
6	Livro do Ponto	2º sem. 1950	
7	Livro do Ponto	09/1954 a 08/1955	
8	Livro do Ponto	1955	
9	Livro do Ponto	1956 a 1957	
10	Livro do Ponto	06/1957 a 09/1958	
11	Livro do Ponto	09/1958 a 08/1959	
12	Livro do Ponto	08/1959 a 06/1961	
13	Livro do Ponto	06/1961 a 04/1963	
14	Livro Ponto	1963 a 1965	
15	Livro do Ponto	1965 a 1966	
16	Livro do Ponto	11/1966 a 08/1968	
17	Livro Ponto do Pessoal	02/1969	
18	Livro do Ponto	1968 a 1970	
19	Relação de Remessas p/ D.E. (Pontos)	1968 a 1970	Amarrado com barbante
20	Livro Ponto	05/1970 a 11/1971	
21	Livro Ponto Administrativo	1971 a 1973	
22	Livro: Falta dos Servidores	1971 a 1974	
23	Livro do Ponto	06/1973 a 02/1975	

Livros de Chamada

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Chamada	1966	
2	Livro de Chamada	1967 a 1969	Sem capa
3	Livro de Chamada	1969	Sem capa
4	Livro de Chamada	1969	
5	Livro de Chamada do orfeão	1947 a 1958	
6	Livro de Chamada do Orfeão	1960 a 1969	Sem capa

Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
01	Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas	1950 a 1957	
02	Livro Ata de Reuniões Pedagógicas	1957 a 1962	
03	Atas de Reuniões Pedagógicas	1962 a 1966	
04	Livro de Atas das Reuniões Pedagógicas	1966 a 1975	

Livros de Matrícula

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Matrícula/Sessão Feminina	1942 a 1948	
2	Livro de Matrícula	1942 a 1948	
3	Livro de Matrícula	1958	
4	Livro de Matrícula Feminino	1961 a 1964	
5	Livro de Matrícula	1961 a 1964	
6	Livro de Matrícula	1964 a 1967	
7	Livro de Matrícula do Pré-Primário	1964 a 1974	
8	Livro de Matrícula	1965 a 1967	
9	Livro de Matrícula	1968 a 1973	
10	Livro de matrícula	1968 a 1974	
11	Livro de Matrícula	1973 a 1974	
12	Livro de Matrícula	1975	
13	Livro de Matrícula	1975 a 1984	

Registros sobre o Clube Agrícola “Comendador Hélio Morganti”

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Registro de Sócios/Clube Agrícola	1954 a 1969	
2	Livro de Atas do Clube Agrícola	1954 a 1969	
3	Livro Caixa do Clube Agrícola	1955 a 1961	
4	Clube Agrícola	1960 a 1966	
5	Recibos do Caixa agrícola	1960 a 1967	

Folhas de Pagamento

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Folhas de Pagamento	1967	
2	Folhas de Pagamentos de Substituições	01/1968	Folhas Avulsas
3	Folhas de Pagamento	1968	
4	Folha de Pagamento	1969	
5	Folhas de Pagamento	12/1969/ 09/1970	
6	Folha de Pagamento: Substituições Longas e Curtas	1971 a 1974	Atestados de Frequência

Boletins de Freqüência

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Boletins de Freqüência	1950 a 1956	
2	Boletim de Freqüência	1954 a 1967	Adm. e Docente
3	Boletim de Freqüência	1967	
4	Boletim de Freqüência	1968	Adm. e Docente
5	Boletins de Freqüência	1969 a 1974	
6	Livro Atestado de Freqüência	1974 a 1975	

Inventário do Material

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Inventário Geral dos Bens Móveis	1960 a 1967	
2	Livro: Inventário do Material Existente	1967	
3	Inventário do Material	1968 a 1975	
4	Inventário do Material	1968 a 1976	
5	Listas de Materiais/Livros Recebidos	1971 a 1974	

Livros dos Termos de Visita

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Termos de Visita	1942 a 1964	
2	Termos de visitas	1976 e 1977	Junto de Ata de Exames
3	Livro: Visitas Oficiais/Exposição dos alunos	1951 a 1969	
4	Livro de Visitas	1978 a 1985	

Atas de Exames

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Atas de Exames	1942 a 1949	
2	Atas de Exames	11/1949 a 12/1956	
3	Livro Ata de Exames	12/1956 a 12/1962	
4	Quadros de Exames	1963 a 1967	
5	Atas de Exames	11/1965 a 12/1967	
6	Atas de Exames	11/1967 a 12/1968	
7	Quadros de Exames Merenda Escolar 1960 a 1968	1968	Livro único
8	Quadros de Exames (Boletins)	1968 a 1974	
9	Termos de Exames	06/1968 a 1973	
10	Atas de Exames	1976 e 1977	Termo de visitas juntos
11	Livro Ata de Exame Finais	1974 a 1981	

Gabinete Dentário

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro: Serviço Dentário Escolar - Diário	1955 a 1956	
2	Inventário do Gabinete Dentário	1955	
3	Livro do Gabinete Dentário	1956 a 1958	

4	Livro de Serviço Dentário Escolar	06/1954 a 04/1955	
5	Gabinete Dentário Escolar	1968	

Mapas de Movimento

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Mapas de Movimento	1942 a 1944	
2	Mapas de Movimento	1945 a 1946	
3	Mapas de Movimento	1947 a 1948	
4	Mapas de Movimento	1949 a 1950	
5	Mapas de Movimento	1952	Sem as capas
6	Mapas de Movimento	1953 a 1954	
7	Mapas de Movimento	1955 a 1956	
8	Mapas de movimento	1957 a 1959	
9	Mapas de Movimento	1961	
10	Mapas de Movimento	1962 a 1964	
11	Mapas de Movimento	1965 a 1967	
12	Mapas de Movimento	1968 a 07/1969	
13	Mapas de Movimento	1970 a 1971	
14	Mapas de Movimento	1972 a 1973	

SEROP – Setor de Orientação Pedagógica

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	SEROP -	1968 a 1971	Nível I – 2ª série
2	SEROP -	1969 a 1970	
3	SEROP –	?	Matemática – Nível I – 2ª série
4	SEROP	1970	Estudos Sociais – 1ª série
5	SEROP	1970	Língua Pátria – 3ª série
6	SEROP	1970	Nível II – 4ª série
7	SEROP	1970	Nível II – 3ª e 4ª série
8	SEROP	1971 a 1973	
9	SEROP	1971 a 1972	Ciências
10	SEROP - Planejamento	1972	Documentos numa Pasta Elástica
11	SEROP	1973	2ª Reunião de Treinamento de Monitores (Profª Zenaide L. Merciano)
12	SEROP	Sem data	Nível I – 1ª série
13	SEROP – Planejamento Global/Recomendações	Sem data	Alfabetização (Preparatório 1ª parte)

Merenda Escolar

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Quadros de Exames Merenda Escolar 1960 a 1968	1968	Juntos num Livro Único
2	Leite em pó e Campanha de Alimentação Escolar	1968 a 1974	Requisição de Alimentos junto a Prefeitura de Araraquara

3	Merenda Escolar - Orientações	1972	
---	-------------------------------	------	--

Atestados, Laudos Médicos e Guias

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Laudos Médicos (Certificados de Sanidade e Capacidade Física)	1946 a 1975	
2	Cópias de Atestados e Solicitação aos Professores	1954	
3	Atestados de Frequência para Adicional, Licença Prêmio e Quinto Rural	1958 a 1973	
4	Atestados	1958 a 1967	
5	Guias para Inspeção de Saúde	1962 a 1966	
6	Atestados para Ingresso e Concurso de Remoção	1968 a 1974	
7	Atestados/ Requerimentos	1968	
8	Justificativas de Faltas (Profs)	03/1969 a 12/1970	
9	Atestado para Escala Déb. Substitutos	1969 a 1974	
10	Pasta de Atestados	1970 a 1975	
11	Atestados –Guias para Exame Médico	1973 a 1974	

Caixa Escolar

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro Caixa	06/1943 a 10/1951	
2	Livro de Caixa Escolar: Proc. e Destino	1950 a 1955	
3	Caixa Escolar	1956 a 1964	
4	Caixa escolar	1958	
5	Atas da Caixa Escolar	1951 a 1960	
6	Caixa escolar – Procedência e Destino	1955 a 1958	
7	Demonstrativos: Despesas/Verba de Expediente	06/1956 a 12/1969	
8	Caixa Escolar	1961 a 1969	
9	Caixa Escolar	1970	
10	Recibos: Pagos com dinheiro de verduras e frutas	1971	
11	Livro Ata - Reunião da Caixa Escolar	1960 a 1973	
12	Caixa escolar	1973 a 1974	
13	Despesas Miúdas e de Pronto Pagto.	1972 a 1975	
14	Pasta de Notas Fiscais	1973 a 1974	

Correspondências/ Ofícios/ Memorandos/ Circulares

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Correspondência	1942 a 1952	
2	Livro de Correspondência	1952 a 1957	

3	Livro de Correspondência	1957 a 1960	
4	Livro de Correspondência	1960 a 1963	
5	Livro de Correspondência Expedida	10/1963 a 03/1966	
6	Livro de Correspondência	1966 a 1967	
7	Pasta de Recibos e Correspondências	1967 a 1974	
8			
9	Livro de Correspondência Exp.	1961 a 1972	
10	Comunicados/Ofícios Expedidos	1957 a 1967	
11	Pasta de Ofícios/Correspondências Expedidos	1967	
12	Livro de Comunicados	1951 a 1964	
13	Livro: Atas, Circulares e Comunicados	1957 a 1958	
14	Circulares/Memorandos	09/1959 a 11/1966	
15	Livro de Circulares Internas	1967 a 1974	
16	Ofícios/ Comunicados	1969 a 1975	
17	Circulares e Memorandos	1969 a 1974	
18	Comunicados/Ofícios Recebidos	1959 a 1967	
20	Ofícios Recebidos	1970 a 1974	
21	Recibo de Remessa de Documentos	1970 a 1974	
22	Informações e Requerimentos	1971 a 1974	
23	Instruções “Carta Escolar”	1972	(PROCARTA)
24	Instruções: Requerimentos, Informações, Ofícios e Atas	1973	

Livros de Recortes

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Recortes	1952 a 1956	(Sem as capas e com as folhas soltas)
2	Livro de Recortes	1959 a 1960	
3	Livro de Recortes	1960 a 1962	
4	Livro de Recortes	1961	
5	Livro de Recortes	04/1960 a 06/1961	
6	Livro de Recortes	11/1961 a 01/1962	
7	Livro de Recortes	1962	
8	Livro de Recortes	1962	
9	Livro de Recortes	1962 a 1963	
10	Livro de Recortes	1962 a 1963	
11	Livro de Recortes	1963 a 1964	
12	Livro de Recortes	2ºSem./1964	
13	Livro de Recortes	11/1964 a 04/1965	
14	Livro de Recortes	1965	
15	Livro de Recortes	1965 a 1966	
16	Livro de Recortes	1966	Encontra-se sem a capa
17	Livro de Recortes	11/1966 a 07/1967	
18	Livro de Recortes	1969 a 1974	

Cadastro Pessoal

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro de Cópias de Títulos e Portarias	1942	
2	Livro de Termos de Compromisso	1942 a 1950	
3	Ministério da guerra (Cópia do Certif. de Reservista)	1945	Caligrafados
4	Livro de Assentamentos (Admissões)	1948 a 1964	
5	Registro Escolar (Matrícula, Prof. e Aparelhamento Escolar)	1949	Modelo I
6	Registro escolar (Matrícula, Prof e Aparelhamento escolar)	1950 a 1957	Modelo I
7	Livro: Papéis (Substitutas)	08/1961 a 10/1966	
8	Quadro escolar	1967 a 1969	
9	Relação dos Servidores: Proposta Orçamentária para 1968	1967	
10	Questionário Informativo	1958 a 1972	Resolução 04 S.E. – 31/01/72
11	Nomeações para Docência	1968 a 1974	Solicitações
12	Cadastro do Pessoal	07/1971	
13	PRODESP-Cadastro Administ..	1972 a 1974	Manutenção Coletiva e Individual

Documentos Diversos

	DOCUMENTO	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1	Livro: Farmácia Escolar	1950 a 1962	
2	Livro: Discoteca infantil	1958	
3	Relatório Mensal	1955 a 1958	
4	Recibos de Gratificações do Ensino Rural	1956 a 1966	
5	Apostila dos Servidores (Leis)	1970	
6	Apostila: Considerações sobre a Avaliação do Rendimento Escolar	1970	
7	Previsão Orçamentária	1971	Orçamento Programa
8	Relatório de Atividades Desenvolvidas	1971 a 1972	Planos/Relatórios
9	Campanha de verminoses - Curativa	Sem data	Xarope de Piperazina p/ toda a escola
10	Relatório de Atividades de Avaliação e Replanejamento	1974 a 1975	
11	Apostila: Treinamento da Equipe (Assist. Téc., Superv., Dir.)	1977	Para a formulação de Objetivos e Avaliação
12	Caderneta do Professor (1ª a 3ª série) Profª Adalgisa Ap. Viana de Oliveira	1987	Não consta o nome dos alunos